

*Fundação*  
**Luso-Americana**  
*para o Desenvolvimento*

OS  
PORTUGUESES  
NOS ESTADOS UNIDOS  
DA AMÉRICA  
POLÍTICA DE COMUNIDADES  
E COMUNIDADE POLÍTICA



ANTÓNIO LUÍS VICENTE

DEZEMBRO DE 1998



*Fundação*  
*Luso-Americana*  
*para o Desenvolvimento*

OS  
PORTUGUESES  
NOS ESTADOS UNIDOS  
DA AMÉRICA  
POLÍTICA DE COMUNIDADES  
E COMUNIDADE POLÍTICA



ANTÓNIO LUÍS VICENTE

LISBOA 1999

EDIÇÃO  
Fundação Luso-Americana  
para o Desenvolvimento

DESIGN  
B2, Atelier de Design

CAPA  
Salette Brandão

REVISÃO  
João van Zeller

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO  
Textype – Artes Gráficas, Lda.

TIRAGEM  
1000 exemplares

Lisboa, Outubro de 1999

ISBN  
972-982 55-2-1

DEPÓSITO LEGAL  
142 514/99

OS  
PORTUGUESES  
NOS ESTADOS UNIDOS  
DA AMÉRICA  
POLÍTICA DE COMUNIDADES  
E COMUNIDADE POLÍTICA



## *Índice*

Introdução .....	7
------------------	---

### PRIMEIRA PARTE

Aspectos da Política de Comunidades e de Divulgação Cultural de alguns Países Seleccionados .....	11
• Os exemplos de Espanha, França e Itália .....	14
• O caso português .....	23

### SEGUNDA PARTE

A Comunidade Portuguesa nos Estados Unidos da América .....	37
• Dados relativos à emigração e às naturalizações dos portugueses nos EUA	40
• Dados sócio-demográficos .....	49
• Distribuição espacial dos luso-americanos .....	59

### TERCEIRA PARTE

A Comunidade Luso-Americana e a Política .....	73
Os políticos mais relevantes para a Comunidade Luso-Americana .....	76
Acções recentes do Congresso que beneficiaram os Luso-Americanos .....	81
Acções recentes do Congresso que beneficiaram os interesses de Portugal	85
“Portuguese-American leadership council of the United States” .....	89
“Portuguese caucus / friends of Portugal” .....	90
Conclusões .....	91
Bibliografia .....	94



## AGRADECIMENTOS

Queria agradecer todo o apoio e confiança manifestados pelo Dr. Rui Machete, Presidente da FLAD, que tornou possível a concretização do presente estudo terminado em Agosto de 1998. Este apoio enquadra-se na consistente acção que a Fundação Luso-Americana tem vindo a empreender visando o bem-estar da comunidade portuguesa nos EUA.

Agradeço também a confiança do Eng. Luís dos Santos Ferro e a amizade da equipa da Fundação.

Estou muito grato à Sofia Pinto Barbosa pela leitura atenta e pelas importantes sugestões.

O trabalho agora publicado é, porém, da minha inteira e exclusiva responsabilidade, não assumindo a FLAD qualquer posição sobre as opiniões aqui expressas.

Dezembro de 1998





## INTRODUÇÃO

Em 1991 o historiador da Universidade de Brown, James A. Smith, escreveu um livro sobre os principais “Think Tanks” americanos<sup>1</sup>. Considera serem estes os sucessores modernos de Maquiavel – estudiosos da sociedade que aconselham os “príncipes”. O título do livro – “The Idea Brokers” – é revelador, porque os diversos institutos, fundações e consultorias políticas existentes nos EUA vendem de facto ideias e, mais do que isso, contribuem para valorizar ou desvalorizar o peso de algumas delas (por este facto é que são “corretores” e não apenas “vendedores” de ideias). Organizações como, por exemplo, a Heritage Foundation, o Cato Institute e a Rand Corporation, sendo muito diferentes entre si, assumem um papel cada vez mais importante na definição das acções do governo americano.

A base desta capacidade de aconselhamento é a pesquisa. Intelectuais, académicos, técnicos e investigadores profissionais estudam assuntos específicos, elaboram relatórios e enviam-nos às autoridades competentes para formular e implementar as políticas (as “policies”). Os conhecidos problemas da função pública da maioria dos países contribuem para que, por vezes, estas pesquisas sejam fundamentais para a formulação de políticas adequadas.

O presente trabalho é uma tentativa modesta de seguir este princípio. Não pretende apresentar grandes conclusões e teses sobre a comunidade luso-americana mas sim, apenas, investigá-la. O objectivo é reunir e sistematizar os dados principais disponíveis sobre o tema. Tem objectivos práticos, no sentido em que se espera que as fontes primárias que o formam possam ter utilidade para quem decide e implementa acções relacionadas com esta comunidade.

<sup>1</sup> James A. Smith, *The Idea Brokers – Think Tanks and the Rise of the New Policy Elite*, The Free Press, New York, 1991.

Deste modo, o trabalho é dividido em três partes. Na primeira será abordada a política de comunidades e a política cultural externa do governo português em geral, tendo presente, sempre que possível, as acções especificamente dirigidas à comunidade luso-americana. Este estudo será realizado mediante um exercício comparativo que destacará aquilo que Espanha, França e Itália fazem nesta matéria, para que se possa avaliar melhor o caso português. O objectivo é, paralelamente, procurar descobrir se estes países fazem algo de diferente e bem sucedido que possa eventualmente ser também aplicado pelo nosso país.

Depois de se apurar o que é feito e o que pode ser feito pelas autoridades nacionais para apoiar as suas comunidades de emigrantes, será então analisada, na segunda parte, a própria comunidade luso-americana. Os dados sócio-demográficos da mesma serão sistematizados e comparados com os de outras comunidades étnicas, sendo estudada a emigração e as naturalizações dos portugueses assim como a sua distribuição pelo território americano.

Finalmente, com um melhor conhecimento das características dos luso-americanos (destacando as suas potencialidades e vulnerabilidades), será analisado o peso político da comunidade e as vantagens objectivas para os interesses diplomáticos e políticos de Portugal resultantes do facto de possuir uma significativa comunidade nos EUA.

A lógica de abordar estes três assuntos no trabalho é a seguinte: com o estudo da política de comunidades fica-se a saber até que ponto é possível os governos contribuírem para o bem-estar das suas comunidades no estrangeiro. Na segunda parte estuda-se um dos “alvos” dessa política – a comunidade portuguesa nos EUA – e na última parte exploram-se os seus aspectos políticos e o modo como estes trazem vantagens para Portugal.

Assim, se se vir que é possível um maior apoio por parte de Portugal, se se concluir que a comunidade luso-americana precisa de ser apoiada em alguns aspectos e, finalmente, se os seus avanços contribuírem não só para o seu bem-estar mas também para os interesses políticos portugueses, regressa-se à primeira parte do trabalho com a seguinte interrogação: dadas as características dos luso-americanos, justificar-se-ão mudanças na política portuguesa para as suas comunidades?

Dezembro de 1998



OS  
PORTUGUESES  
NOS ESTADOS UNIDOS  
DA AMÉRICA  
POLÍTICA DE COMUNIDADES  
E COMUNIDADE POLÍTICA



## Primeira Parte

*Aspectos da Política de Comunidades  
e de Divulgação Cultural  
de alguns Países Seleccionados*



Pretende-se nesta primeira parte do trabalho realizar um levantamento das principais características das políticas de comunidades de Espanha, França e Itália. Seguidamente, com o conhecimento destes aspectos, será abordado o caso português.

Não se trata de uma comparação qualitativa entre as políticas de comunidades de Portugal e dos outros países, mas sim de uma comparação (comentada) dos dados objectivos disponibilizados pelas próprias autoridades que lidam com estas matérias. Por outro lado, ao contrário do que seria de esperar numa análise qualitativa e exaustiva sobre as políticas de comunidades, não serão abordadas todas as vertentes que estas políticas podem assumir – este estudo irá recair principalmente sobre as acções junto das comunidades nos Estados Unidos da América.

Adoptar-se-á uma definição lata de “política de comunidades”. As fronteiras deste tema não estão bem definidas. Considerando, numa visão lata, que é tudo o que um Estado faz para proteger, apoiar e valorizar os emigrantes e os seus descendentes próximos, vários tipos de acções poderão estar incluídos. Nesta perspectiva, a divulgação da cultura e da língua num país onde resida um certo número de emigrantes poderá também ser considerada uma política de comunidades, na medida em que qualquer esforço de afirmação nesse país os beneficia. Se apenas fosse considerado como “política de comunidades” o que consta nos programas governamentais ou nos relatórios dos ministérios dos negócios estrangeiros, dificilmente encontraría-

mos aspectos inovadores: todos os países prevêem a protecção consular e o seu melhoramento e programas de reinserção, em caso de regresso, ou de integração no sistema social do país de destino.

No entanto, também aqui já se deram inovações. Há uns anos atrás, não estava generalizada a ideia de que existem benefícios quando os nossos emigrantes estão bem integrados no seu país de residência. Poderia rezeir-se uma redução das remessas, ou desejar-se que a emigração fosse temporária.

Verificadas estas e outras inovações, agora a grande diferença reside noutros aspectos e acções, principalmente governamentais, mas também da sociedade civil. Uma grande inovação é precisamente a ideia de que a chamada política cultural externa tem um papel importante no reforço e valorização das comunidades de emigrantes, para além de valorizar o país através da sua própria promoção. O caso do Instituto Camões parece ser sintomático desta mudança de atitude: a prioridade da direcção anterior era a criação de centros nos países de língua portuguesa. A estratégia actual aparenta ser a de expansão para zonas onde existam comunidades portuguesas em números significativos, como no caso de Caracas. Na página da Internet do Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano é referida a promoção da língua e da cultura na secção “apoio às comunidades de emigrantes italianos”.

## • Os exemplos de Espanha, França e Itália

### 1. ESPANHA

A análise da política de comunidades de Espanha em relação aos EUA requer uma ressalva inicial. Se o número de emigrantes espa-



nhóis nos EUA é bastante reduzido, os chamados “hispanics” são já a segunda maior minoria (depois dos “african-americans”).

Este facto suscita um cunho necessariamente diferente na atitude do governo espanhol em relação ao apoio e valorização dos espanhóis nos EUA – não existe a necessidade de manter o conhecimento do castelhano para que as suas comunidades nos EUA continuem ligadas à cultura espanhola, porque quase todas as escolas o ensinam. A grande tarefa e problema com que Espanha se depara é o da sua relação com os “hispanics”, procurando alcançar um equilíbrio entre a associação ao poder que esta comunidade tem e o afastamento dos problemas dessa mesma comunidade. Nos programas culturais do Instituto Cervantes nos Estados Unidos encontramos actividades relacionadas com a “Hispanoamérica”.

Outro aspecto interessante é a promoção de diversas iniciativas comemorativas da guerra entre Espanha e os EUA, sucedida há 100 anos. É algo suficientemente distante para não ferir a sensibilidade dos americanos e permite aos espanhóis “participar” na história dos EUA e relembrar que já teve pretensões mais ou menos legítimas a partes do território dos Estados Unidos.

Nas páginas da Internet relativas a estes assuntos não encontramos iniciativas espanholas de apoio e valorização das comunidades de emigrantes diferentes das habituais.

### *Congresso internacional da língua espanhola*

Em 1997 realizou-se no México o primeiro congresso sobre a língua espanhola. Foi organizado pelo Instituto Cervantes e pela Secretaria de Educação Pública. Participaram trezentos linguistas, jornalistas, editores, escritores, etc. Analisou-se a situação do espanhol no mundo e foram aprovados projectos para reforçar a “presença internacional da língua espanhola”.

*Relatório: “Informe sobre el español en el mundo”*

Em 1998 será publicado o primeiro relatório de uma série de anuários que estudam a situação e a evolução da importância internacional da língua; do uso do espanhol nas organizações internacionais; da tradução e interpretação da língua; da produção científica e técnica do espanhol. Muitas universidades participaram nesta iniciativa.

Tanto Itália como França têm projectos semelhantes.

*Instituto Cervantes*

O Instituto Cervantes foi criado em 1991. Trata-se de uma instituição pública mas não depende directamente de nenhum ministério (como a Alliance Française, o Instituto Camões e o Instituto Italiano dependem dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros). É uma espécie de fundação pública que tem o Rei de Espanha, o Primeiro Ministro, alguns ministros e personalidades da cultura espanhola como membros do “conselho consultivo” e uma direcção eleita por estes. O seu orçamento é atribuído directamente pelo parlamento.

Os objectivos estatutários são a promoção e o ensino da língua espanhola e a divulgação crescente da cultura espanhola e hispano-americana. Organiza cursos especializados (como espanhol para gestão, etc.) e gerais. Oferece diplomas e certificados desses cursos e é a entidade responsável pela administração e organização do DELE – Diploma de Espanhol como Língua Estrangeira (do Ministério da Educação).

Outra função importante é a de formação de professores e reciclagem dos mesmos. Apoia hispanistas e participa em programas de promoção da língua. Patrocina financeiramente actividades de promoção da cultura e do país em colaboração com

outras organizações espanholas e latino-americanas e com organismos nacionais do país onde se encontra (universidades, etc.). Finalmente, cria redes de bibliotecas para o público em geral.

O Instituto Cervantes teve, no ano lectivo de 96-97, 34.198 matrículas (+27% que no ano anterior). Ofereceu 2.853 cursos (aumento de 35%). Possui no estrangeiro 35 centros culturais e linguísticos situados em 22 países. Nos EUA existem dois centros, em Nova Iorque e Chicago.

Este organismo ofereceu no último ano lectivo 13.051 exames DELE em mais de 150 cidades do mundo (supõe-se que através de embaixadas). Foram realizadas 73 acções de formação (seminários, colóquios, etc.) nos quais participaram 1.700 professores espanhóis ou estrangeiros, do Instituto e de outras instituições, e em colaboração com diversas universidades espanholas. Realizou 2.256 actos culturais e possui uma rede de bibliotecas com 548.022 volumes.

Neste último ano lectivo, abriu mais três centros e uma biblioteca e em 1998 serão inaugurados outros dois centros: Tel Aviv e Berlim.

O orçamento nesse ano foi de 4.790 milhões de Pesetas. Este número representa um acréscimo em relação ao ano anterior de 7%. Em 1998 irá receber 5.472 (+14%). Trabalham para o Instituto Cervantes 473 pessoas (das quais 391 no estrangeiro) e ainda 281 colaboradores (76% são professores).

Existem dois centros culturais nos EUA: Chicago e Nova Iorque. Ambos oferecem cursos de espanhol e exames oficiais. Não é pelo facto de o espanhol ser uma língua altamente divulgada neste país que deixa de ser ensinado.

No início deste ano, com o patrocínio de algumas empresas espanholas de telefones e computadores, foi lançado o Centro Virtual Cervantes, um “site” na Internet de tecnologia bastante avançada e no qual pessoas de todo o mundo podem obter gratuitamente material de estudo para aprender espanhol (textos,

exercícios gramaticais); exames DELE de anos passados; fóruns de debate sobre cultura espanhola e informações sobre essa cultura; etc. Num futuro próximo irá oferecer uma grande inovação: um curso de espanhol na Internet apoiado por consultores e tutores que dão assistência gratuita “via computador” a cada pessoa inscrita.

## 2. FRANÇA

O “US Bureau of Census”, no seu levantamento de 1990, contabilizou 6.204.184 pessoas de ascendência francesa com residência nos Estados Unidos. Destes, 52,3% estão naturalizados americanos.

Os franceses são conhecidos pela sua política cultural externa agressiva. Devido a isso, a análise ficaria sempre incompleta sem o exemplo francês. O investimento em matérias de divulgação cultural é surpreendente. Só a Alliance Française recebeu no ano passado 200 milhões de Francos do Quai d’Orsay.

Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, existem nos EUA 43.455.000 pessoas que já passaram por cursos de francês. De acordo com a mesma fonte, 1.361.500 pessoas já tiveram aulas de francês nos centros dos EUA. No entanto, estes dados carecem de explicações sobre as fontes consultadas, anos do levantamento, etc., pelo que são de questionar.

As mais importantes acções relacionadas com a política cultural externa francesa passam ou pela Alliance Française ou pelo “Haut Conseil de la Francophonie”, ambos dependentes dos Negócios Estrangeiros.

### *Alliance Française*

A Alliance Française é uma organização cultural e educacional sem fins lucrativos. Nasceu em Paris em 1883.

Tem uma rede de 1.056 centros culturais em 134 países, que ensinam francês e cultura francesa. Em 1995, cerca de 350 mil pessoas tiraram cursos de língua e cultura francesas. A maioria dos centros funciona simultaneamente como centro cultural, fórum social e escola de línguas.

A Alliance Française surgiu nos EUA em 1902. Actualmente, existem 138 centros geridos pela Federation of Alliances Françaises (USA) Inc., situada em Washington (aquilo a que chamam “délégation générale”). Esta supervisiona a manutenção dos níveis de qualidade; presta assistência no estabelecimento do ensino do francês; oferece patrocínios e bolsas aos centros para incentivar o interesse na língua e cultura francesas. A Federação serve também como veículo de transmissão das inovações e resultados que um determinado centro tenha conseguido e cria os elos de ligação entre a sede de Paris e os diversos centros.

Destes 138 centros nos EUA, 65 oferecem aulas e exames oficiais de francês como língua estrangeira. Existem centros em 32 Estados americanos e em 1995 cerca de 30.500 pessoas participaram em actividades da Alliance Française, das quais 16 mil estavam a estudar francês. O centro de Nova Iorque é um dos maiores que a França tem no mundo.

A missão assumida pela Alliance Française é a promoção da língua e cultura francesas no estrangeiro e a cooperação cultural e intelectual. A fórmula adoptada é a de que um conceito definido como “french awareness” é alcançado através da “divulgação da cultura, pelo desenvolvimento de amizades e pela compreensão da língua”.

A sua existência é justificada por estes três vectores: Os centros são necessários como base física para atrair pessoas; esses centros permitem a administração de cursos de línguas, que por sua vez tornam possível o contacto regular com a cultura francesa e o nascimento de grupos de pessoas com os mesmos interesses. O ensino da língua é utilizado como justificação para a

divulgação da cultura. Assim, pessoas interessadas em ter um certificado oficial por motivos profissionais são arrastadas naturalmente para um maior conhecimento da cultura francesa (sendo para isso organizados concertos e teatros gratuitos que os alunos de línguas ficam a conhecer).

Na sua página da Internet verifica-se que cada centro é considerado como um fórum social que serve as comunidades francesas ao mesmo tempo que atrai outras comunidades americanas devido ao ensino da língua.

### 3. ITÁLIA

Os italianos e italo-americanos têm uma enorme presença nos EUA. São uma parte muito importante da cultura americana, encontrando-se no censo americano de 1990 11.286.815 pessoas de ascendência italiana. Mesmo assim, existem nos Estados Unidos cinco centros culturais (“Istituto Italiano di Cultura”) com aulas e exames de italiano e serviços de divulgação cultural.

#### *Ações e apoio político-diplomático*

Nos EUA existem onze consulados com os serviços normais, uma câmara de comércio, um serviço de informação turística, uma delegação (attaché) científica e um conselheiro cultural.

O Ministério de Negócios Estrangeiros italiano divide as suas actividades relacionadas com os italianos no estrangeiro em três categorias: negociações diplomáticas; serviços aos emigrantes; promoção da língua, cultura e informação.

- Em termos de negociação diplomática realiza acordos de protecção consular, procurando assegurar, numa base de reciprocidade,

serviços específicos que podem não ser os tradicionais dos consulados mas que beneficiem as comunidades italianas: acordos de segurança social, tais como a transferência de “descontos para a reforma e segurança social” de um país para o outro – quer os emigrantes estejam a regressar, quer queiram viver a reforma no país de acolhimento, beneficiando de prestações efectuadas em Itália; acordos de cooperação judiciária; acordos de “*stato civile*”, relativos ao reconhecimento recíproco (Itália e país de acolhimento) da validade de documentos; acordos em matéria de serviço militar obrigatório; acordos de cooperação linguístico-cultural, para assegurar a promoção da língua junto das associações de italianos no exterior.

- Em termos de apoio e serviços directos às comunidades de emigrantes italianos, o Ministério dos Negócios Estrangeiros apoia financeiramente os indigentes, fornece assistência médica e outro tipo de intervenções sociais. Possui um serviço de informações sobre os problemas burocráticos, nomeadamente sobre a questão das reformas em caso de regresso. Em caso de violação de direitos laborais ou outros, oferece assistência jurídica no país onde os emigrantes residem.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros tem vindo também a elaborar uma base de dados electrónica (*Anagrafe degli Italiani all’Estero*) sobre as características dos seus emigrantes. Encarrega-se ainda de divulgar informações políticas e sobre as eleições.

- Entre os serviços prestados aos emigrantes, o Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano inclui a promoção e o apoio nos sectores da língua, cultura e informação – sendo o seu objectivo explícito a valorização dos emigrantes. Estes serviços abrangem a organização e o financiamento de cursos de língua e cultura italianas junto das comunidades de emigrantes e outras pessoas (em 1995, participaram 350 mil pessoas em dezanove mil cursos, espalhados por 38 países), a

contratação e formação de professores no estrangeiro e o financiamento a colégios italianos no estrangeiro. O Ministério dos Negócios Estrangeiros italiano apoia conferências e órgãos de comunicação social italianos (quatrocentos programas de rádio e televisão e jornais italianos) e colabora com a RAI na difusão mundial de programas italianos. Promove ainda a montagem de canais de distribuição regular de informações sobre o quotidiano italiano junto das organizações de emigrantes, o envio de vídeos e livros italianos às organizações das comunidades italianas, a elaboração de estudos, acções do parlamento, levantamentos estatísticos e investigação histórica sobre a emigração italiana.

*“Comitato per la Promozione della Lingua Italiana” (CPLI)*

Existe pouca informação sobre este órgão governamental italiano. É mencionado por alguns dos institutos italianos que têm páginas na Internet. A sua criação é recente e como o próprio nome indica a sua função é concentrar os esforços de divulgação do italiano no mundo. Os institutos italianos referem que este comité oferece assessoria para a criação de cursos de línguas nos próprios institutos. Outra função importante é a realização de uma base de dados muito extensa sobre o ensino do italiano no mundo – chega a conter informação sobre os liceus americanos que organizaram cursos de italiano como actividade extra-curricular.

*Instituto Italiano de Cultura*

Este instituto nasceu em 1942 e possui actualmente no estrangeiro 88 centros culturais e de línguas, repartidos por 55 paí-



ses. Nos EUA existem cinco centros – Washington, Nova Iorque, Chicago, Los Angeles e São Francisco.

Trata-se de uma instituição governamental financiada e dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Conforme o estipulado nos seus estatutos, “representa a Itália no exterior, especificamente no contexto cultural”. O seu objectivo é a “promoção da cultura italiana (...) através da organização de actividades como exposições, conferências e mostras cinematográficas”. Os centros nos EUA (onde o primeiro foi o de Nova Iorque, em 1950) oferecem bolsas para americanos que queiram estudar no estrangeiro e apoiam investigadores italianos a trabalhar nos Estados Unidos. Oferecem ainda informação turística, embora exista uma entidade competente para tal (Ente Nazionale per il Turismo) e promove a língua italiana através do já mencionado CPLI.

Os Centros não têm como missão específica o ensino da língua, mas a maior parte não só possui cursos como realiza ainda exames oficiais (que servem para entrar nas universidades italianas e são válidos na vida profissional) oferecidos pelas Universidades de Siena e de Perugia. Para que um americano ou descendente de italianos obtenha um certificado de um determinado nível no exame de Perugia tem obrigatoriamente que se familiarizar com três livros italianos de ficção, facto que contribui também para um maior conhecimento da cultura italiana.

#### • O caso português

A descrição dos principais aspectos da política portuguesa de comunidades e de divulgação cultural irá realçar algumas das diferenças mais evidentes existentes em relação aos três países mencionados anteriormente.

O US Bureau of Census registou 900.060 pessoas de primeira ascendência portuguesa em 1990 nos EUA. Este número

inclui os que nasceram já nos Estados Unidos, os que ainda mantêm a nacionalidade portuguesa e os que estão naturalizados, embora nascidos em Portugal.

O valor encontrado contrasta com as estimativas realizadas pela Direcção-Geral dos Assuntos Consulares. Em Portugal são consideradas para as estatísticas as pessoas familiarmente ligadas a portugueses até à quinta geração (até sobrinhos de portugueses). Este critério é usado porque se considera que uma ligação familiar menor do que esta representará já uma relação distante com o nosso país. No entanto, esta conclusão poderá ser precipitada a vários níveis. Tendencialmente, quanto mais próximo for o elo de ligação familiar a Portugal, maiores raízes existirão. Porém, vários exemplos revelam que marcar uma “fronteira” de ligação familiar não só pode ser inútil, como pode ter implicações importantes na definição da própria política de comunidades.

O problema recente das deportações dos EUA para Portugal evidenciou que os indivíduos abrangidos não tinham quaisquer raízes no nosso país, tendo apenas sido deportados porque nasceram em Portugal e não estavam naturalizados americanos. No entanto, segundo o critério das estatísticas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, eles estariam incluídos na categoria das pessoas ainda ligadas a Portugal. Inversamente, encontramos em todas as comunidades portuguesas espalhadas no mundo exemplos de uma forte ligação a Portugal entre os luso-descendentes. A comunidade luso-americana é representativa neste aspecto.

Quando se observam as estatísticas oficiais sobre as comunidades portuguesas nos EUA, verifica-se que o número total de indivíduos é estimado em quinhentos mil. Devido a essa diferença de critérios existe, portanto, uma disparidade de mais de quatrocentos mil pessoas entre os dados oficiais americanos e os portugueses.

Nos Estados Unidos, não se define o critério de “geração”, mas sim o de “primeira ascendência” e “segunda ascendência”.

Este último serve para caracterizar uma origem secundária, uma parte mais reduzida da família que é de outra ascendência.

A grande consequência desta diferença de metodologias é que a do nosso país privilegia inconscientemente as comunidades portuguesas formadas mais recentemente. Ou seja, como a comunidade luso-francesa tem origem principalmente no grande surto de emigração das décadas de 60 e 70, é natural que possua menos pessoas “afastadas” de Portugal por terem uma ligação mais distante que a de quinta geração. A comunidade portuguesa nos EUA, tendo igualmente tido um grande impulso nestas décadas, é por outro lado uma comunidade bastante mais antiga – já no fim do século XIX emigravam muitas pessoas para os Estados Unidos e deu-se também um grande surto de emigração (como veremos na segunda parte deste trabalho) nas décadas de 10 e 20.

Consequentemente, existem nos EUA numerosos luso-americanos de 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> geração. E estes não aparecem nos registos, embora possam continuar ligados à realidade portuguesa. No capítulo dedicado à participação política, veremos um exemplo esclarecedor – o único luso-americano no Congresso Federal, que muito tem feito pela comunidade e pelas relações diplomáticas entre o nosso país e os EUA, não satisfaz os requisitos das estatísticas portuguesas, não sendo portanto considerado luso-americano.

Assim, dado que as prioridades da política de comunidades acabam por ser definidas através do “tamanho” relativo de cada uma delas, este método estatístico prejudica claramente a comunidade luso-americana. Segundo este critério, a comunidade luso-francesa (estimada em 798 mil pessoas) é maior do que a luso-americana (quinhentos mil), mas como para além destes haverão poucos luso-franceses de 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> geração (devido a ser uma comunidade formada mais recentemente) e existirão cerca de quatrocentos mil luso-americanos

com esta ligação familiar a Portugal, a comunidade lusa nos EUA é claramente superior em número.

Assim, os critérios estatísticos usados em Portugal não revelam o peso real da comunidade luso-americana – facto que tem consequências óbvias na definição das prioridades da Secretaria de Estado das Comunidades.

### *Acções e apoio político-diplomático*

A Secretaria de Estado das Comunidades tem na Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas o seu órgão executor da política definida pelo governo. Os outros países analisados não têm Secretarias de Estado para os assuntos dos emigrantes, mas sim direcções-gerais ou institutos dependentes do MNE ou, no caso espanhol, do Ministério do Emprego.

Em Washington encontra-se um conselheiro cultural e nos EUA existem sete consulados, incluindo a secção consular da Embaixada. Estes estão situados em Newark, Nova Iorque, Boston, São Francisco, New Bedford e Providence. Existem ainda oito consulados honorários, em Chicago, Filadélfia, Honolulu, Houston, Los Angeles, Miami, Nova Orleães e Waterbury.

O relatório da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (mais especificamente da DAX – Direcção de Serviços de Acção Externa) com o título “Elementos sobre o Apoio Cultural e Associativo às Comunidades Portuguesas no Estrangeiro” (98.10.06) é uma fonte importante sobre a actividade governamental nesta matéria. Os objectivos expressos revelam que Portugal possui uma concepção moderna desta problemática que é, aliás, semelhante à dos outros países analisados. Defende-se a integração dos emigrantes nos países de destino, acompanhada de um esforço para a manutenção da cultura e da língua. Fica patente que o apoio ao movimento associativo e a

órgãos de comunicação social das comunidades portuguesas é uma prioridade importante. Dentro deste espírito, a DAX tem vindo a realizar um importante trabalho de pesquisa sobre o número e importância das diversas associações existentes. Segundo este organismo, existem cerca de 2.100 associações de portugueses no estrangeiro e cerca de 400 órgãos de comunicação social. A informação é também disseminada pelos países de acolhimento: nos EUA existem 379 associações (só França tem mais associações – 686) e 93 órgãos de comunicação social (sendo o país com maior número de órgãos de comunicação social portugueses).

Um tipo de actividade interessante e algo inovador foi a organização e o financiamento de deslocações de luso-descendentes e emigrantes a Portugal no âmbito, por exemplo, do programa “Portugal no Coração” (para a terceira idade) e no apoio a colónias de férias, visitas de estudo e turmas escolares transplantadas (estas últimas três acções envolveram em 1998 a deslocação a Portugal de 3.068 jovens e um orçamento de cerca de 24 mil contos).

### *Conselho das comunidades*

O Conselho das Comunidades é uma inovação portuguesa. Os restantes países analisados não têm nada que se assemelhe a este órgão. Criado pela Lei n.º 48/96 de 4 de Setembro, pretende ser um órgão consultivo (e apenas consultivo) para aconselhar o governo em matéria de política de comunidades. Através de uma eleição pelo método de representação proporcional (na qual chegou a haver uma campanha eleitoral), elegeram-se representantes de cada uma das comunidades mais representativas de Portugal no mundo. Estes elegeram um comité permanente que reúne anualmente e elabora propostas e pareceres que são enviados ao governo.

A primeira destas reuniões realizou-se em 1997. A visibilidade deste órgão é quase nula, chegando mesmo a ser votado na reunião um protesto devido à falta de cobertura prestada pelos órgãos de comunicação social e nomeadamente pela RTP Internacional.

### *Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento*

A Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento é a mais importante instituição de divulgação cultural do nosso país nos EUA, para além de se ter afirmado nos últimos anos como um dos protagonistas da própria política de comunidades nos Estados Unidos. Este último papel foi alcançado através do seu objectivo expresso de apoiar as comunidades luso-americanas ao longo do seu processo de integração progressiva na sociedade americana.

Conforme se constata nas *Newsletters* desta Fundação e nas suas acções concretas, este objectivo tem várias vertentes. Existe um programa de apoio financeiro a associações luso-americanas (tanto a associações e projectos com fins culturais de divulgação da língua e cultura portuguesas, como a grupos políticos de pressão que pretendam obter benefícios para a comunidade e a campanhas destinadas a promover a naturalização dos emigrantes portugueses). As suas actividades também se relacionam com alguns dos problemas estruturais da comunidade. Deste modo foi criado recentemente, por iniciativa da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, um organismo sediado nos EUA (Portuguese American Scholarship Foundation) que administra um programa de bolsas universitárias para luso-americanos. O seu objectivo é aumentar progressivamente o número de luso-americanos com formação universitária.

A Fundação promove a divulgação cultural do nosso país através de uma variedade de acções, tanto por si só como em

regime de cooperação com outras instituições portuguesas (podem citar-se, por exemplo, as colaborações com o Instituto Camões e com a Fundação Gulbenkian na criação e financiamento de cátedras universitárias de língua e cultura portuguesas nos EUA). Pelo seu importante papel nas relações entre Portugal e os Estados Unidos, é o principal interlocutor entre as instituições científicas e culturais americanas e portuguesas.

Um aspecto interessante é que a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento acaba por realizar também um trabalho de divulgação cultural do nosso país através das acções junto da comunidade luso-americana ao apoiar e incentivar os luso-americanos a permanecerem “ligados” a Portugal pela língua e cultura. Ao motivá-los para uma crescente integração social e política nos EUA, contribui para que à medida que a comunidade se torna mais forte imponha mais eficazmente a cultura portuguesa.

### *Instituto Camões*

O Instituto Camões é responsável pela política cultural externa. Depende do Ministério dos Negócios Estrangeiros e recebeu em 1998 um financiamento de 3.417.800 contos. Foi criado em 1992 pelo Decreto-Lei n.º 135/92 de 15 de Julho e pelo Decreto Regulamentar n.º 15/92, do mesmo dia, dependendo ainda do Ministério da Educação. Em 1994 seguiu-se em Portugal a tendência europeia de fazer depender este tipo de órgãos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito da “política cultural externa” (a transferência foi determinada pelo Decreto-Lei n.º 48/94 de 24 de Fevereiro e pela Lei Orgânica do Instituto através do Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho). No quadro seguinte é apresentada a capacidade orçamental do Instituto Camões nos últimos anos.

**Quadro 1**

Evolução do Orçamento atribuído ao Instituto Camões			<i>Contos</i>
1995	1996	1997	1998
2.766.926	3.325.000	3.215.100	3.417.800

O Instituto Camões possui no exterior dezassete centros culturais: Paris, Bona, Londres, Madrid, Rabat, Bissau, Praia, Luanda, Maputo, Tóquio, Seul, Pequim, Banguécoque, Goa, Nova Deli, Brasília e Caracas. Existem ainda três pólos culturais: Mindelo, Príncipe e Beira.

Como o próprio Instituto anuncia na sua página na Internet, destes dezassete, “Nem todos os centros se encontram em funcionamento [...], mas funcionam como salas de leitura, geridas pelos leitores do Instituto Camões, onde também se realizam reuniões de docentes”. Na página da Internet relativa aos centros culturais não são referidos os centros de Londres, Bona, Madrid, Goa e Caracas. Eles apenas são encontrados nos despachos ministeriais de 1995, através dos quais foram criados, e portanto conclui-se que estes cinco centros não estão em funcionamento pleno. O centro cultural de Marrocos funciona no centro de documentação da Embaixada.

Uma série de Despachos Conjuntos (MNE e Finanças), publicados em 7/7/95, “criaram” os referidos dezassete centros culturais. Segundo estes, “O Centro Cultural Português tem a natureza de núcleo cultural da Embaixada de Portugal e será dotado de autonomia administrativa”. Os directores destes centros são os Conselheiros Culturais das Embaixadas.

O Instituto Camões disponibiliza dados sobre a sua actividade nos EUA. Em termos de docência da língua portuguesa, sustenta onze leitorados. Estes, em 1997, realizaram onze conferências e um curso. Menciona as Cátedras de Durham e de Brown (sem referir os seus co-promotores, ficando-se com a ideia de que estas são apenas da responsabilidade do Instituto).



Menciona o apoio a um congresso em Yale e a atribuição de uma bolsa de investigação na área da língua e cultura portuguesas e dezanove bolsas para cursos de Verão de aperfeiçoamento da língua. Refere sete actos culturais da Embaixada portuguesa, dois exposições e três “acções pontuais”. Deu apoio à edição de catorze livros de autores portugueses ou sobre Portugal.

A prioridade do governo (e da direcção anterior) era “colocar o acento tónico na criação de unidades nos países de língua oficial portuguesa”. Hoje existem já centros nos cinco PALOP e no Brasil. Aparentemente (não está ainda completamente definido), o próximo critério de expansão será o da abertura de centros em zonas com fortes comunidades portuguesas (como foi já referido na introdução). Neste caso, dados os números da comunidade portuguesa nos EUA, este país deveria ser a prioridade lógica.

### *Conclusões*

As duas grandes diferenças que se encontram nesta análise comparativa (para além das diferenças na capacidade orçamental) são o facto de todos os outros países terem centros culturais nos EUA (a sua abertura numa fase inicial de cada um dos institutos revela a prioridade atribuída à instalação de um centro nos Estados Unidos) e o facto de todos oferecerem cursos e certificados oficiais da sua língua.

Ficou patente que a protecção consular e diplomática está hoje bastante harmonizada sendo, no entanto, possível melhorá-la através, por exemplo, de acções de desburocratização. Neste espírito, o exemplo italiano fornece indicações interessantes para Portugal. Este país assume explicitamente o objectivo de melhorar progressivamente o bem estar dos emigrantes italianos atra-

vés de negociações e acordos bilaterais com base na reciprocidade – admite que um dado país possa oferecer mais privilégios aos imigrantes italianos do que aqueles que oferece a emigrantes de outros países, porque esses mesmos privilégios serão concedidos também no território italiano aos imigrantes do país em causa.

Tal como acontece em Portugal, os outros países esforçam-se igualmente para que os seus emigrantes se integrem plenamente na sociedade que os recebe. Só assim poderão ter a oportunidade de gozar dos direitos do país receptor em igualdade de circunstâncias. Nenhum dos países analisados admite os benefícios, em termos dos seus interesses nacionais, que podem advir do poder político e “qualidade” das suas comunidades no estrangeiro. O caso dos EUA, devido ao seu sistema político aberto, revela com especial veemência a necessidade dessa integração.

Constata-se que existe um aspecto importante que diferencia claramente Portugal dos outros países estudados – o facto de não possuir um sistema de certificados oficiais de português como língua estrangeira e os respectivos cursos que servem de complemento a esse certificado.

As línguas com maior expressão fora do seu país de origem são o inglês, o francês, o espanhol e o português. Temos a única “grande” língua que não possui um certificado profissional de conhecimento.

A existência de um certificado oficial é de grande importância. Uma pessoa, mesmo que fale bem uma língua, beneficia claramente da obtenção de um certificado, pois o facto de este ser reconhecido pelo mercado de trabalho oferece uma vantagem competitiva. A prova desta mais valia é o custo dos referidos exames não ser sequer subsidiado – alguns chegam a custar 35 contos às pessoas que os realizam e o preço do curso de preparação pode atingir os 100 contos.

Outra vantagem deste certificado é que a sua administração nos PALOP resolveria alguns problemas linguísticos que os seus habitantes possam sentir no acesso a universidades e empresas portuguesas e, conseqüentemente, seria um incentivo à preservação do conhecimento do português.

Adicionalmente, um americano que estude na universidade optará mais rapidamente pela frequência das aulas de um leitor de português se souber que estas lhe darão uma preparação conveniente para de imediato se propor a um exame oficial de português como língua estrangeira, pois não tem nada a perder e beneficia o seu curriculum.

Os países analisados assumem explicitamente outras vantagens provenientes do facto de oferecerem um certificado. Este permite ou “obriga” as pessoas a terem um contacto com a cultura do país enquanto frequentam os cursos ou se preparam para o exame (Ex.: ler livro do país). Reconhecem que, ao possuírem o certificado (mesmo que seja por razões profissionais, o que é a maioria dos casos) as pessoas tendem a ter contactos com a cultura e história desse país de forma mais regular e com maior facilidade – interessam-se pelo que vai acontecendo no país porque sentem que o conhecimento da língua lhes oferece uma vantagem acrescida.

Para haver um exame oficial têm que existir centros culturais. As Embaixadas não são um substituto aceitável, pois uma condição essencial para o exame existir é um acesso razoavelmente fácil a cursos da língua a ser examinada.

Existem ainda outras dificuldades: o português é uma língua complicada e a sua utilidade profissional é menor do que a do inglês, francês, alemão e mesmo do espanhol. Mesmo assim, temos um “mercado” lusófono de cerca de duzentos milhões de pessoas. Por outro lado, se a dificuldade da língua é considerável, os luso-descendentes de segunda e terceira geração que tenham ainda uma noção de português e mesmo os que

falam bem a língua são clientes potenciais destes cursos e exames. Também os emigrantes portugueses que comecem a constatar algumas falhas no uso do português podem interessar-se por estes aspectos.

Um exame de português como língua estrangeira implica custos consideráveis e os seus resultados serão de médio ou longo prazo (veja-se o caso do Instituto Cervantes, que mesmo com centros em 22 países teve no ano passado apenas cerca de treze mil pessoas que fizeram o exame). O Ministério da Educação teria que montar uma comissão de técnicos para elaborar o exame e este deveria possuir um bom equilíbrio entre a acessibilidade do mesmo e o seu prestígio – algo que cabe ao mercado de trabalho atribuir (se uma pessoa fica aprovada no exame e posteriormente revela conhecimentos insuficientes no seu emprego, o exame deixa de ser credível).

O exame teria que ser reconhecido pelas universidades portuguesas e ser amplamente publicitado no exterior (marcar o “oficial”; dar a conhecer as vantagens; salientar a difusão da língua; a sua importância económica devido a Angola e Brasil; etc.)

Se as dificuldades são grandes, estes aspectos salientam que Portugal está a ficar para trás em termos de política externa cultural e apoio a emigrantes pelo facto de não oferecer este tipo de certificado nem um “centro de línguas”. Os institutos analisados referem os seus objectivos e, curiosamente, o primeiro mencionado, por todos excepto pelo Instituto Camões, é a realização de cursos de ensino da língua e a administração de um exame oficial da mesma. O apoio a leitorados, que aparenta ser o “grande objectivo” do Instituto Camões, é secundário para os outros.

Este último aspecto constitui outra diferença entre Portugal e os restantes países analisados. Uma grande parte da actividade do Instituto Camões centra-se no ensino da língua, na realização de conferências de divulgação da cultura e na edição de

livros. Destas três actividades, duas são realizadas pelos leitores – o ensino e as conferências. Existe uma estrutura organizativa na qual quase tudo tem por base os leitores. As actividades do Instituto Camões, e a sua missão essencial – o ensino do português – estão assim concentrados numas dezenas de universidades. Estes leitorados são úteis mas a sua acessibilidade será sempre bastante limitada porque actuam em universidades. Os países analisados incluem os leitorados no conjunto de apoios governamentais a liceus, escolas estrangeiras, etc. Apenas foram encontradas referências especificamente relacionadas com leitores nas páginas da Internet italianas.

Por outro lado, poder-se-ia argumentar que, por existirem nos EUA escolas portuguesas, o ensino da língua estaria já parcialmente assegurado neste país. As referidas escolas, tendo algum apoio do Ministério da Educação, nascem essencialmente de iniciativas da comunidade luso-americana e debatem-se com diversos problemas. Existem actualmente 66 destas escolas (embora nove não tenham alunos neste momento). Estima-se que o número actual de alunos seja de 3.843, ensinados por 183 professores. Recentemente, através do Ministério da Educação, as escolas foram reconhecidas como oficiais (oferecendo equivalências ao 9.º ano). No entanto, estas escolas apenas servem a comunidade luso-americana (e uma parte muito reduzida desta). Oferecem uma espécie de “aulas de fim de tarde”, nas quais alguns luso-americanos participam como complemento do liceu americano e, portanto, dificilmente podem ter um papel central na difusão do português.

Outro aspecto, que quase não precisava de ser mencionado, é o facto de Portugal ser o único dos países analisados que não possui um centro cultural nos EUA – nem sequer existe um dos centros algo artificiais ou ainda não totalmente instalados, como os que o Instituto Camões tem em Rabat, Londres, Bona ou

Madrid. A grande dimensão da comunidade portuguesa nos Estados Unidos, a importância cultural e política dos EUA, o seu investimento estrangeiro em países lusófonos e outros aspectos, tornam quase inexplicável o facto de este país não ser uma prioridade absoluta para o Instituto Camões. Todos os outros países montaram centros nos EUA no início da sua actividade, demonstrando a prioridade que atribuíam a este país e referem o apoio que os centros oferecem às suas comunidades de emigrantes.

OS  
PORTUGUESES  
NOS ESTADOS UNIDOS  
DA AMÉRICA  
POLÍTICA DE COMUNIDADES  
E COMUNIDADE POLÍTICA



## Segunda Parte

*A Comunidade Portuguesa  
nos Estados Unidos da América*





**E**ste capítulo apresenta dados muito objectivos, ainda não divulgados no nosso país, sobre os portugueses e descendentes de portugueses residentes nos EUA. A apresentação da informação é dividida em três grupos: serão inicialmente apresentados alguns dados genéricos relativos ao ritmo de entrada de emigrantes portugueses nos EUA e às taxas de naturalização dos mesmos; seguidamente, serão revelados os dados sócio-demográficos da comunidade luso-americana; finalmente, os dados demográficos serão organizados em termos da sua distribuição espacial.

Esta lógica de apresentação dos dados pode ser enunciada da seguinte forma (que simultaneamente revela o objectivo deste capítulo): qual o ritmo a que têm entrado os portugueses nos EUA, até que ponto se tornam cidadãos americanos, qual o seu perfil estatístico e onde preferiram instalar-se.

A maior parte da informação foi obtida no censo americano de 1990 (uma outra fonte importante, para a secção sobre imigração, foi o último relatório anual – de 1996 – do “Immigration and Naturalization Service”).

O “United States Census Bureau”, o equivalente americano ao nosso Instituto Nacional de Estatística, é uma das principais fontes de dados sobre os EUA. Muito recentemente disponibilizou, através da Internet, a maior parte da informação que recolhe. Tal como em Portugal, esta instituição realiza censos de dez em dez anos. O último data de 1990 e apresenta um leque de indicadores e dados muito diversificados. Anualmente publica ainda alguns dos dados mais importantes, embora baseados em amostragens.

Se à partida esta distância temporal pode indiciar uma desatualização excessiva dos dados, recorde-se que este tipo de censos é, na generalidade dos países, realizado apenas de dez em dez anos devido ao seu elevado custo e pormenorização. Aliás, devido ao cuidado tratamento dos dados, a totalidade das informações é habitualmente publicada apenas dois ou três anos após a realização do censo. Devido ao pormenor sem paralelo que encontramos neste censo americano de 1990, os dados em seguida apresentados podem e devem ser considerados como a principal referência estatística disponível sobre a comunidade portuguesa nos EUA.

• **Dados relativos à emigração e às naturalizações dos portugueses nos EUA**

1. EMIGRAÇÃO

A emigração para os EUA é, como se sabe, um dos vectores mais marcantes da sua História e cultura. Nesta História da imigração americana, as duas ou três primeiras décadas deste século constituem o seu período principal.

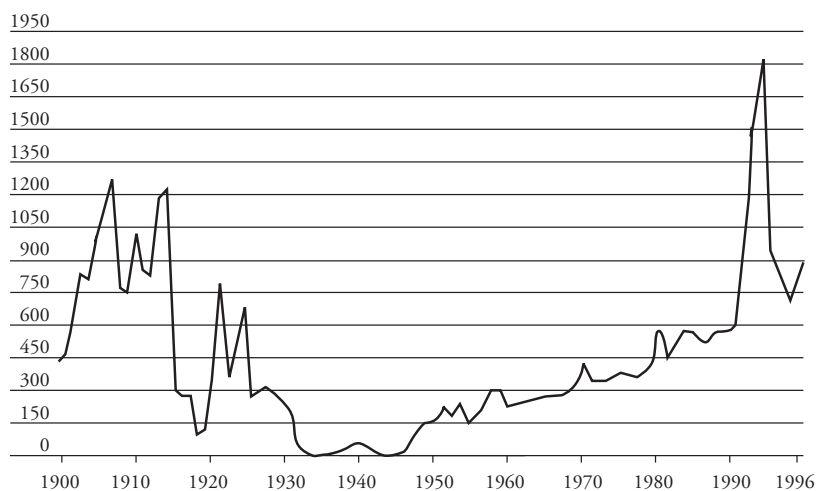
No entanto, houve outro grande marco histórico deste fenómeno que não teve, contudo, o dramatismo que rodeou a imigração do princípio do século e não foi ainda inteiramente analisado – ocorreu recentemente, em 1989, 1990 e 1991 e não foi, como a emigração do princípio do século, centrada nos imigrantes europeus. Em 89 e 90 os valores anuais de imigrantes oficialmente aceites atingiram recordes absolutos – 1.536.483 e 1.827.167 respectivamente, enquanto o valor máximo atingido nas primeiras décadas do século foi de 1.218.480 imigrantes, em 1914. Estes dois marcos da imigração nos EUA são visíveis no seguinte gráfico (retirado do

relatório anual de 1996 do “Immigration and Naturalization Service” do Departamento de Justiça americano):

**Figura 1**

Evolução da Imigração nos EUA (1900 – 1996)

*milhares*



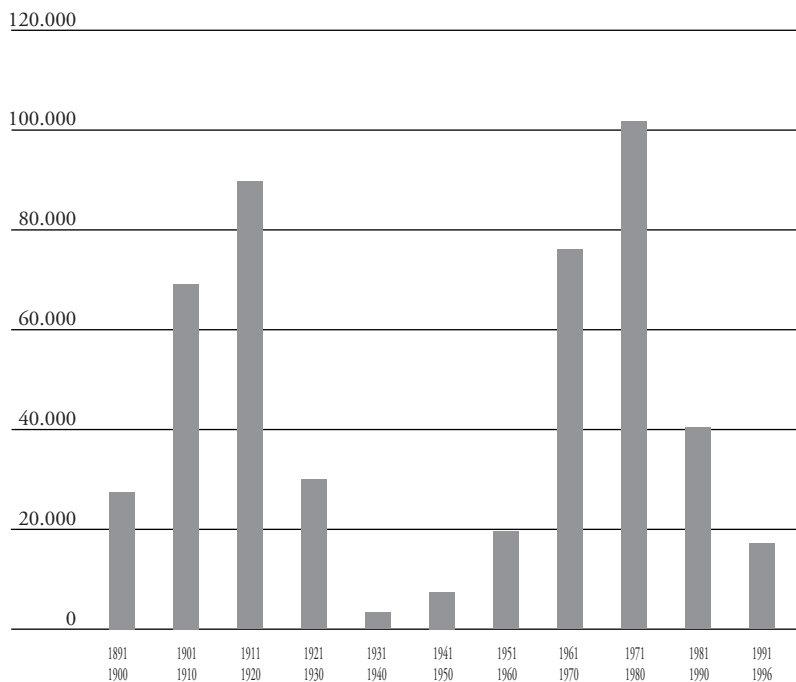
Fonte: Immigration and Naturalization Service, Department of Justice, 1997.

Coloca-se agora a questão de saber como é que a imigração portuguesa nos EUA se relacionou com esta evolução histórica, nomeadamente com os dois referidos marcos do seu crescimento.

Como é visível nos próximos gráficos, a emigração de portugueses para os EUA acompanhou também o primeiro surto de forte emigração para este país, tendo crescido desde a última década do século passado até ao período de 1911-1920 e começando depois a decair, tal como aconteceu com a imigração em geral nos EUA (comparar a Figura 1 com a Figura 2).

**Figura 2**

Evolução dos imigrantes portugueses admitidos nos EUA (1891-1996)



Fonte: Immigration and Naturalization Service, Department of Justice, 1997.

Constata-se que a emigração de portugueses para os EUA teve o seu grande apogeu na década de 60 e, principalmente, na de 70 (que foi também o grande período de saída de portugueses em geral). Observando de novo a Figura 1, vemos que as décadas de 60 e 70 não foram uma época tão marcante, proporcionalmente, para a emigração em geral para os EUA, como o foram para a imigração portuguesa. As razões que explicam o grande número de portugueses que se instalaram nos EUA neste período são essencialmente as mesmas que justificam a histórica emigração portuguesa que ocorreu nessa época. No

entanto, como a emigração portuguesa para os EUA tem como característica importante a grande percentagem de açorianos, acabaram por contribuir também para este surto aspectos locais deste arquipélago. Um dos principais factores individuais foi a crise do vulcão dos Capelinhos, na Ilha do Faial, que ao iniciar a sua actividade, no final de 1957, fez com que o Senado americano aprovasse em Agosto de 1958, em regime especial, a entrada de centenas de famílias açorianas ao longo de um período de vários meses.

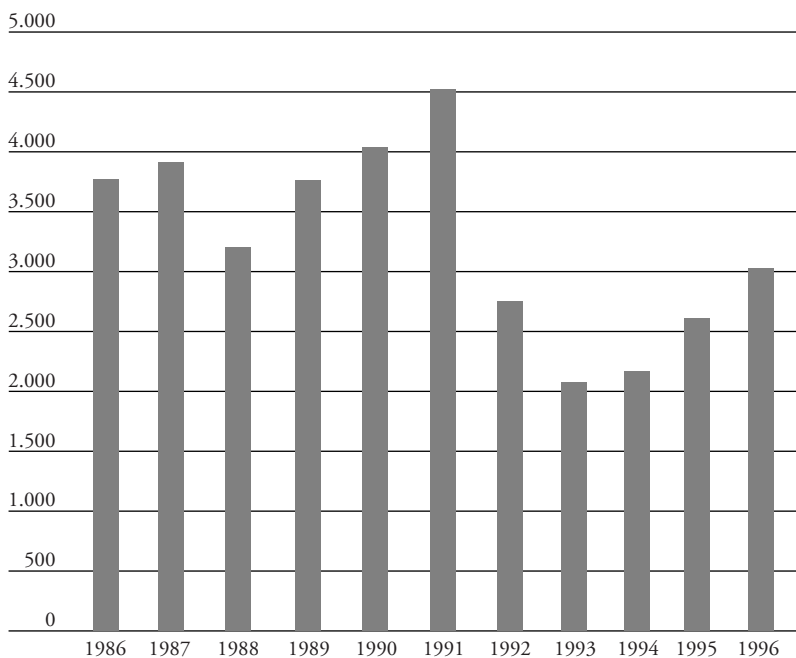
Quando no princípio da década actual a emigração global para os EUA cresceu exponencialmente, o ritmo de emigrantes portugueses a instalarem-se nos EUA foi muito menor (tanto na década de 80 como nos primeiros seis anos da de 90) do que o que tinha sido registado nas décadas de 60 e 70. A emigração portuguesa não acompanhou, portanto, esta segunda tendência de crescimento da emigração global para a América. Em resumo, vive-se actualmente um período no qual os portugueses continuam a emigrar para os EUA mas a um ritmo comparativamente mais lento, tanto em relação às tendências migratórias mundiais como em relação aos valores das décadas anteriores.

Através de uma análise mais pormenorizada – observando os valores anuais de imigrantes portugueses admitidos nos EUA de 1986 a 1996 (ver Figura 3) – este facto torna-se ainda mais patente. Nestes dez anos foram admitidos nos EUA 35.815 imigrantes portugueses. Comparando este valor com os 76.065 (num período também de 10 anos) da década de 60 ou com os 101.710 na de 70, verifica-se o decréscimo actual da emigração portuguesa para os Estados Unidos. O valor anual máximo deste período ocorreu em 1991, registando-se a admissão de 4.524 imigrantes portugueses nos EUA.

Assim, conclui-se que a emigração de portugueses para os EUA apresenta actualmente números relativamente reduzidos, embora continue a registar um fluxo regular todos os anos.

**Figura 3**

Evolução anual dos imigrantes portugueses admitidos nos EUA (1986-1996)



Fonte: Immigration and Naturalization Service, Department of Justice, 1997.

## 2. NATURALIZAÇÕES

O problema das naturalizações é hoje uma das questões fundamentais que afectam a vida dos portugueses nos EUA.

Quando uma pessoa é aceite nos EUA é-lhe atribuído o estatuto de imigrante. Teoricamente, se tiver família instalada e

uma ocupação estável, poderá permanecer indefinidamente com esse estatuto. Como se irá observar nos dados seguidamente apresentados, uma grande parte dos imigrantes portugueses não tem sentido a necessidade de se tornar cidadão americano através do processo da naturalização.

No entanto, nunca houve um tão grande incentivo para a naturalização como existe hoje, devido a três aspectos:

- contribui decisivamente para incrementar a fraca participação política da comunidade (numa altura em que esta aparenta estar a interessar-se mais pela política), nomeadamente através do direito básico de voto, que advém por inerência da naturalização;
- permite fazer face às recentes reformas da segurança social americana, que reduzem substancialmente os benefícios dos não naturalizados;
- finalmente, a recente legislação americana que deporta os imigrantes legais que tenham infringido a lei é mais um problema que revela a segurança que a naturalização oferece – os infractores só são deportados porque não se tornaram cidadãos americanos. Este será um assunto secundário porque afecta poucas pessoas, mas está a prejudicar as relações luso-americanas.

Estes três factores fazem com que a naturalização dos emigrantes portugueses seja actualmente mais urgente nos EUA do que em outros países com fortes comunidades portuguesas. Acrescido a estes aspectos está o facto de os EUA possuírem um sistema político que aceita, muito mais naturalmente do que outros, a participação política de minorias étnicas. Consequentemente, a naturalização dos emigrantes portugueses nos EUA tem um maior potencial de benefícios do que

a conquista de direitos políticos pelas comunidades portuguesas noutros países.

Uma das prioridades do actual governo em matéria de comunidades é precisamente fomentar uma maior integração social e política dos portugueses nos seus países de acolhimento. Neste cenário, os luso-americanos deveriam ser uma prioridade absoluta porque, ao contrário dos outros países, nos EUA a não integração impede não só a participação plena na sociedade, como cria também problemas reais e objectivos que afectam o rendimento e o bem estar imediato da comunidade.

Por outro lado, sabe-se que muitas vezes os emigrantes não se tornam cidadãos do país de acolhimento devido a um desejo de regressar ao seu país de origem. No entanto, a emigração portuguesa para os EUA é caracterizada pelo reduzido número de “regressos”, fazendo com que a naturalização seja mais esperada do que em outros países.

Existem informações dispersas e de difícil verificação (ainda não divulgadas pelo “Immigration and Naturalization Service”) que apontam para o facto de actualmente as naturalizações dos portugueses estarem a aumentar exponencialmente devido aos incentivos referidos. As associações culturais de luso-americanos estão a montar campanhas de apoio à naturalização, divulgando os seus benefícios e prestando assistência no processo burocrático.

Será muito o trabalho destas associações porque, como veremos no próximo quadro, os emigrantes portugueses nos EUA possuem, historicamente, uma taxa reduzida de naturalizações. O “Immigration and Naturalization Service” fornece um quadro estatístico dos diferentes graus de naturalização verificados nos vários povos que chegam aos EUA. Como os imigrantes são admitidos num dado ano e apenas se podem naturalizar alguns anos mais tarde, cada ano se naturalizam pessoas que chegaram ao país em diferentes períodos. Assim, a melhor solução para



analisar os graus de naturalização por país de origem é seleccionar e isolar os imigrantes de um determinado ano e verificar, actualmente, quantos desses estão já presentemente naturalizados (como se os imigrantes desse ano constituíssem uma amostra de uma sondagem).

### Quadro 1

Taxas de naturalização até 1995 dos imigrantes com mais de 16 anos admitidos em 1977, por país de origem

País de origem	Imigrantes em 1977			País de origem	Imigrantes em 1977		
	Número admitido	Naturalizações até 1995	Taxa		Número admitido	Naturalizações até 1995	Taxa
Total	382.070	161.438	45,9	Trindade e Tobago	4.316	1.722	38,1
Rep. Popular da China	14.421	9.444	65,5	Grécia	6.577	2.208	33,6
União Soviética	4.535	2.965	65,4	Equador	4.063	1.319	32,5
Filipinas	31.636	20.094	63,4	Portugal	6.964	2.051	29,5
Guiana	4.115	2.439	59,3	República Dominicana	8.955	2.561	28,6
Coreia	19.824	11.745	59,2	Reino Unido	8.982	2.032	22,6
Índia	15.033	8.877	59,1	México	30.967	6.869	22,2
Colômbia	6.138	3.126	50,9	Itália	5.843	1.131	19,4
Cuba	57.023	26.668	46,8	Canadá	9.000	1.626	18,1
Jamaica	7.896	3.587	45,4	Alemanha	4.899	824	16,8
Haiti	4.268	1.841	43,1	Outros	96.365	48.309	50,1

Fonte: 1996 Statistical Yearbook, Immigration and Naturalization Service.

Apenas 29,5% dos imigrantes portugueses admitidos em 1977 se tornaram entretanto cidadãos americanos. A taxa média de naturalizações nos EUA foi de 45,9%, pelo que os portugueses estão bastante abaixo da média.

O INS revela que durante o ano 1996 a totalidade de naturalizações de portugueses (admitidos nos vários anos), foi de 6.173. Em termos de números absolutos de naturalizações, este

é comparativamente alto – os emigrantes portugueses foram neste ano o sétimo entre os grupos de emigrantes com origem em países europeus (dos trinta países europeus estudados pelo INS). De 1987 a 1996, segundo a mesma fonte, tornaram-se cidadãos americanos 35.857 imigrantes portugueses. Estes dados parecem indicar um crescente grau de naturalização dos luso-americanos.

No censo americano de 1990, existiam 900.060 pessoas que se afirmavam de ascendência portuguesa. Este número (que será analisado em maior pormenor na secção seguinte) inclui as pessoas nascidas em Portugal mas já naturalizadas, as pessoas nascidas em Portugal e ainda com nacionalidade portuguesa e as pessoas nascidas nos EUA, que são descendentes directos de portugueses. Destes 900.060, 667.477 nasceram já nos EUA (74,2%) e 232.583 nasceram em Portugal (25,8%). São estes últimos que podem, ou não, estar naturalizados. Destes imigrantes portugueses, 42,9% (99.894) estão já naturalizados e 57,1% (132.689) ainda não. Assim, uma campanha de naturalizações dos portugueses terá que partir de um universo de cerca de 132.689 pessoas (entretanto, desde 1990, naturalizaram-se mais, mas entraram também novos imigrantes).

Toda a informação disponibilizada revela que a comunidade portuguesa nos EUA possui ainda um número considerável de pessoas não naturalizadas e que estão assim, de forma voluntária, sem alguns dos direitos políticos básicos de que podiam gozar. Mas revela também que não só o número de naturalizações tem vindo a aumentar nos últimos anos como este número tenderá a aumentar naturalmente devido aos fortes incentivos actuais (nunca antes sentidos) para a naturalização. Existindo os incentivos e sabendo-se as enormes vantagens da crescente naturalização, será apenas necessário um apoio contínuo aos aspectos mais burocráticos deste processo – algo que

poderá ser realizado por associações ou instituições, públicas e privadas, tanto portuguesas como americanas.

- **Dados sócio-demográficos**

No censo de 1990, uma das secções do questionário entregue a todos os americanos relacionava-se com a ascendência destes. Tinham de informar qual o país de origem da sua família ou de si próprios (no caso de não terem nascido nos EUA). Havia também a hipótese de nomear uma “segunda ascendência”, que seria uma origem secundária – nos casos em que a família é maioritariamente originária de um país, mas parte da família do pai ou da mãe tem outra origem.

Uma vez conhecida a ascendência, torna-se possível a realização de análises individuais sobre cada grupo étnico existente nos EUA, disseminando-se por grupos de ascendência todos os dados do questionário do censo. Assim, o censo americano de 1990 fornece-nos indicadores minuciosos sobre os portugueses que vivem nos EUA. Dados, aliás, que dificilmente poderiam ser obtidos pelos serviços consulares portugueses nos EUA, pela Secretaria de Estado das Comunidades ou pelo Instituto Nacional de Estatística.

A esta pergunta sobre a ascendência as pessoas tinham que responder “portuguesa” se fossem de nacionalidade portuguesa (emigrantes nos EUA), se fossem descendentes de portugueses, embora já nascidos nos Estados Unidos, ou se tivessem nascido em Portugal, tendo no entanto já adquirido a nacionalidade americana.

O facto do “Bureau of Census” seleccionar e organizar os dados por grupo de ascendência permite não só conhecer as características demográficas objectivas dos luso-americanos (assim como alguns dos principais indicadores da sua situação econó-

mica e educacional), mas também realizar análises comparativas entre os dados acerca dos portugueses e os dos outros grupos étnicos dos EUA (algo que contribui para uma análise mais realista).

Os dados das próximas três secções dizem apenas respeito à “primeira ascendência” declarada pelas pessoas. Como também será feita uma análise comparativa, a utilização da “segunda ascendência” poderia resultar numa duplicação de dados – teoricamente se uma pessoa respondesse “portuguesa” e “grega” à pergunta sobre, respectivamente, a sua primeira e segunda ascendência, os dados dessa pessoa apareceriam duas vezes. Na secção sobre a distribuição espacial dos luso-americanos serão já salientados os dados relativos à segunda ascendência.

## 1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA COMUNIDADE PORTUGUESA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

### Quadro 2

Dados sócio-demográficos dos luso-americanos (US Census, 1990)

1		
População	900.060	
Homens	446.940	
Mulheres	453.120	
Idade Média	33,4	
		2
Nascidos nos EUA	667.477	74,2
Nascidos fora dos EUA	232.583	25,8
Destes, os chegados entre 80 e 90	56.499	24,3
Chegados antes de 80	176.084	75,7
Cidadão naturalizados	99.894	42,9
Não naturalizados	132.689	57,1

A COMUNIDADE PORTUGUESA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

3		%
Pop. com 25 anos ou mais	589.789	100
Com diploma de liceu	360.149	61,1
Com licenciatura	70.455	11,9
Com pós-graduação	21.494	3,6
4		
Pop. com 5 anos ou mais	842.356	100
Fala outra língua que não o inglês	318.104	37,8
Não fala “muito bem” inglês	145.995	17,3
Em “isolamento linguístico”	76.530	9,2
5		
Pop. com 16 anos ou mais	710.521	100
Pop. activa civil	491.819	69,2
Com emprego	487.572	68,6
Desempregados	31.524	6,5
6		
Managerial and Professional	89.058	19,5
Technical, sales, administrative	131.795	28,9
Service	62.995	13,8
Farming, forestry, fishing	14.968	3,3
Production, craft, repair	64.777	14,2
Operators, fabricators, laborers	92.455	20,3
7		
Sector privado	369.709	81,1
Governo local	27.951	6,1
Governo estadual	26.215	5,7
Governo federal	11.433	2,5
Auto-empregues	29.131	6,4
Trabalho familiar não pago	1.609	0,4
8		
Rendimento per capita	\$14.756	
Rendimento médio familiar	\$44.530	
Pop. em situação de pobreza		7,9
Famílias em situação de pobreza		6,3

Nas ciências sociais, quando os dados estatísticos são muito bons devem evitar-se grandes comentários. A informação contida neste quadro, tendo como é obvio algumas lacunas, representa a totalidade da informação estatística dos portugueses nos EUA.

Os dados contidos no quadro podem ser divididos em oito secções (ver números no próprio quadro). Cada uma merece algumas notas e comentários breves:

1. O valor de 900.060 pessoas é formado pelos imigrantes portugueses (que nasceram em Portugal), pelos luso-descendentes (os que nasceram já nos EUA e afirmaram ser portuguesa a sua “primeira ascendência”) e pelos imigrantes portugueses que entretanto adoptaram a nacionalidade americana. Existem mais mulheres do que homens, num *ratio* de género de 98,6 (cerca de 98 homens para cada 100 mulheres).
2. Os dados desta secção, anteriormente já citados no estudo das naturalizações, revelam a existência de um elevado número de luso-descendentes (nascidos já nos EUA). A grandeza deste valor (que representa 74,2% do total) deve-se, em grande parte, ao facto dos grandes marcos do crescimento da emigração portuguesa para os EUA serem as décadas de 10, 20, 60 e 70. A “antiguidade” da comunidade faz com que exista já um grande número de descendentes. Por outro lado, está-se a viver um período de decréscimo da imigração de portugueses – estão, portanto, a entrar poucas pessoas da categoria “nascidos fora dos EUA” e continuam a nascer descendentes de portugueses.
3. Esta terceira secção é muito importante para a compreensão da situação social dos luso-americanos. Constata-se que 23,4% dos luso-americanos com mais de 25 anos não acabou o liceu (nestes dados estão também incluídos os diplomas obtidos em Portugal). Esta informação será melhor compreendida

quando, adiante, for comparada com a situação das outras comunidades e com a dos EUA em geral.

4. Os dados sobre o uso da língua inglesa são excelentes indicadores do grau de integração de uma dada comunidade de emigrantes. Não existe pré-condição mais importante para essa integração do que o conhecimento da língua local. Constatase que 76.530 luso-americanos falam inglês – este dado surpreendente ficará parcialmente explicado quando virmos, mais à frente, o elevado grau de concentração espacial da comunidade, o que implica uma menor necessidade do conhecimento do inglês. Adicionalmente, 145.995 possuem apenas um conhecimento básico da língua. Assim, podemos afirmar com algum grau de certeza que cerca de 222.525 luso-americanos têm a sua vida organizada de forma a não precisarem de usar o inglês com frequência, sendo a sua integração na sociedade americana praticamente nula.
5. Constatase uma fraca percentagem de população activa.
6. Tradicionalmente, muitos dos portugueses que emigraram para os EUA trabalhavam no sector agrícola e a maior parte nas pescas (um menor número na indústria e quase nenhuns nos serviços). Os dados do censo de 1990 revelam que tudo mudou neste aspecto. A quase totalidade da população luso-americana trabalha hoje no sector terciário (sendo este o sector onde se encontram mais luso-americanos) e no secundário, existindo apenas 3,3% ligados à agricultura e pesca.
7. 14,3% dos luso-americanos trabalha para o governo (função pública).
8. Cerca de 8% dos luso-americanos tem dificuldades económicas.

## 2. ANÁLISE COMPARATIVA

**Quadro 3**

Dados da comunidade luso-americana em comparação com os dados da população total dos EUA (U.S. census 1990)

1	Luso-Americanas		Total	
População	900.060		248.709.873	
Homens	446.940		121.172.379	
Mulheres	453.120		127.537.494	
Idade média	33,4		33	
2		%		%
Nascidos nos EUA	667.477	74,2	228.942.557	92,1
Nascidos fora dos EUA	232.583	25,8	19.767.316	7,9
Destes, os chegados entre 80 e 90	56.499	24,3	8.663.627	43,8
Chegados antes de 80	176.084	75,7	11.103.689	56,2
Cidadãos naturalizados	99.894	42,9	7.996.998	40,5
Não naturalizados	132.689	57,1	11.770.318	59,5
3				
Pop. com 25 anos ou mais	589.789	100	158.868.436	100
Com diploma de liceu	360.149	61,1	119.524.718	75,2
Com licenciatura	70.455	11,9	32.310.253	20,3
Com pós-graduação	21.494	3,6	11.477.686	7,2
4				
Pop. com 5 anos ou mais	842.356	100	230.445.777	100
Fala outra língua que não o inglês	318.104	37,8	31.844.979	13,8
Não fala “muito bem” inglês	145.995	17,3	13.982.502	6,1
Em “isolamento linguístico”	76.530	9,2	7.741.259	3,5
5				
Pop. com 16 anos ou mais	710.521	100	191.829.271	100
Pop. activa civil	491.819	69,2	123.473.450	64,4
Destes, com emprego	487.572	68,6	115.681.202	
Destes, desempregados	31.524	6,5	7.792.248	6,3



6	Luso-Americanos	%	Total	%
Managerial and professional	89.058	19,5	30.533.582	26,4
Technical, sales, administrative	131.795	28,9	36.718.398	31,7
Service	62.995	13,8	15.295.917	13,2
Farming, forestry, fishing	14.968	3,3	2.839.010	2,5
Production, craft, repair	64.777	14,2	13.097.963	11,3
Operators, fabricators, laborers	92.455	20,3	17.196.332	14,9
<hr/>				
7				
Sector privado	369.709	81,1	89.541.393	77,4
Governo local	27.951	6,1	8.244.755	7,1
Governo estadual	26.215	5,7	5.381.445	4,7
Governo federal	11.433	2,5	3.940.900	3,4
Auto-empregues	29.131	6,4	8.067.483	7
Trabalho familiar não pago	1.609	0,4	505.226	0,4
<hr/>				
8				
Rendimento per capita	\$14.756		\$14.420	
Rendimento médio familiar	\$44.530		\$43.803	
Pop. em situação de pobreza		7,9		13,1
Famílias em situação de pobreza		6,3		10

Comparar um grupo de 900.060 pessoas com um de quase 250 milhões é uma tarefa difícil. No entanto, as percentagens apresentadas – que oferecem uma imagem proporcional – permitem a comparação de alguns dos dados. Certos indicadores apenas fazem sentido se forem confrontados com outros.

1. Em 1990, os luso-americanos representavam 0,36% da população dos EUA.
2. É surpreendente a percentagem dos imigrantes nos EUA (em geral) que não estão ainda naturalizados (59,5%) – verificamos que a percentagem dos luso-americanos é semelhante (57,1%).
3. Esta secção demonstra que o nível educacional dos luso-americanos é, comparativamente, muito deficiente. As

diferenças na percentagem da população com certificados escolares são preocupantes no caso do “diploma de liceu”, mas são mais graves ainda quando observamos os graus de escolaridade mais avançados – aqui, os valores percentuais relativos à população americana em geral são cerca do dobro dos encontrados nos luso-americanos. Assim, grosso modo, em cada dez americanos, dois têm uma licenciatura, enquanto em cada dez luso-americanos apenas um a tem.

4. Os dados desta secção podem induzir em erro. Torna-se difícil comparar a informação porque uma grande parte da população americana é de origem inglesa, irlandesa ou escocesa, pelo que os dados sobre o uso do inglês não possuem o mesmo significado que têm quando se olha apenas para um grupo étnico cuja língua materna não seja o inglês.
5. As taxas de desemprego dos luso-americanos são semelhantes às dos americanos em geral.
6. As três primeiras categorias desta secção (que indicam as profissões do sector terciário) mostram que, proporcionalmente, os portugueses têm uma quota da sua população a trabalhar no terciário inferior à quota geral dos EUA. Nas três restantes categorias (que correspondem ao sector primário e secundário) acontece, naturalmente, o inverso. No entanto, tendo em conta que os luso-americanos estiveram sempre associados à pesca e à agricultura (a esmagadora maioria dos luso-americanos ia trabalhar nestes sectores quando chegava aos EUA), observa-se uma clara aproximação desta comunidade à estrutura de distribuição por sectores que existe nos EUA – a diferença na distribuição por sectores entre os luso-americanos e os americanos em geral era já relativamente pequena em 1990.

7. Nesta secção, os valores são também semelhantes. Destaca-se uma relativamente grande percentagem de luso-americanos que trabalham na função pública ao nível dos governos estaduais.
8. O rendimento dos luso-americanos está equiparado (sendo mesmo ligeiramente superior) ao da população americana – uma das populações do mundo com maior rendimento *per capita*. Existem proporcionalmente muito menos luso-americanos em situação de pobreza.

No próximo quadro são exibidos os valores de cinco das categorias apresentadas nos quadros anteriores com o objectivo de comparar os dados dos luso-americanos com os dados das comunidades originárias de países da União Europeia.

Para além do número de pessoas de cada comunidade, são apresentados quatro indicadores sócio-demográficos relevantes para uma apreciação global dos grupos. Assim, o rendimento *per capita* fornece uma boa imagem do nível de vida da comunidade, a percentagem de membros com licenciatura fornece uma indicação sobre o grau de educação e preparação técnica, a percentagem de pessoas sem conhecimento da língua inglesa é um excelente indicador do grau de integração na sociedade americana e, finalmente, o número de imigrantes desse grupo que se naturalizaram é também um bom testemunho da vontade de participação plena nessa sociedade.

Sendo impossível abordar aqui todos os grupos de ascendência existentes nos EUA, utilizam-se como referência os grupos de imigrantes cujo país de origem é membro da União Europeia. A excepção são os espanhóis, porque as estatísticas americanas englobam os dados desta comunidade na vasta categoria de “hispanics”.

**Quadro 4**

Comparação dos valores de algumas das categorias principais entre os luso-americanos e as comunidades residentes nos EUA oriundas dos países da União Europeia

	Pop.	Rto. per capita (\$)	Bachelor's degree (%)	Não fala inglês (%)	Naturaliz. (%)
Pop. americana	248.709.873	14.420	20,3	3,5	40,5
Portugueses	900.060	14.756	11,9	9,2	42,9
Alemães	45.583.932	15.896	22	0,4	70,3
Britânicos	22.703.652	18.594	28,4	0,1	47,9
Franceses	6.204.184	14.850	18,2	0,7	52,3
Gregos	921.782	18.361	28	5,4	70,9
Dinamarqueses	980.868	18.091	27,4	0,3	54,9
Finlandeses	465.070	15.673	24,2	1,4	53
Belgas	248.075	18.406	23,2	1,2	58,9
Suecos	2.881.950	17.720	27,4	0,3	57,6
Italianos	11.286.815	17.384	21	1,7	72,6
Austríacos	545.856	27.439	37,3	1,2	78,9
Luxemburgueses	28.846	20.135	29,6	0,5	67,1
Irlandeses	22.721.252	15.957	21,2	0,1	63,8
Holandeses	3.475.410	15.731	18,5	0,4	58,4

Como é visível no quadro, a comunidade luso-americana apresenta indicadores bastante desanimadores quando comparados com os das comunidades originárias de outros países da União Europeia. Não pode, no entanto, ser esquecido que se estão a comparar os luso-americanos com algumas das grandes comunidades que há mais de duzentos anos marcam a história americana – é o caso das pessoas de ascendência britânica, alemã, irlandesa ou (de forma menos significativa) francesa e holandesa. Por outro lado, surgem também aqui comunidades como a italiana, que chegou em massa no princípio do século e já teve muitos anos para se adaptar e participar na sociedade americana.

No entanto, não há dúvida de que a comunidade luso-americana apresenta algumas características que objectivamente

prejudicam a sua posição nos EUA. De facto, sendo uma comunidade relativamente pequena, ainda se torna mais “pequena” pelo facto de ter uma taxa de naturalizações muito menor do que os outros grupos. Só os cidadãos americanos podem votar, pelo que, em termos de poder de voto, a comunidade não utiliza todo o seu potencial. Ela é prejudicada também em outros aspectos por este facto – não pode receber todos os benefícios de segurança social e a constituição de empresas é dificultada.

Por outro lado, entre estas comunidades (ou, se quisermos, entre as comunidades com origem em países onde o inglês não é a língua oficial), a luso-americana é a que apresenta uma maior faixa da sua população que não utiliza a língua inglesa. Este indicador realça o reduzido grau de integração da comunidade luso-americana, pois o conhecimento da língua é o factor mais relevante para essa integração. O facto de existirem tantas pessoas que não sentem um incentivo para aprender inglês demonstra que muitas delas não precisam de o usar para o seu quotidiano, o que revela a extrema inserção de grupo dos luso-americanos – estes podem viver nos EUA sem saber inglês porque praticamente só contactam com outros luso-americanos.

Deste grupo de comunidades com origem em países avançados, a portuguesa é a que tem, de longe, a menor percentagem de pessoas com licenciatura. Este factor aparenta ser o principal problema estrutural da comunidade luso-americana, porque a diferença entre as percentagens de luso-americanos licenciados e as percentagens das outras comunidades (e dos EUA em geral) é demasiado grande.

#### • **Distribuição espacial dos luso-americanos**

Esta secção apresenta os números da população luso-americana disseminados por Estados e por algumas cidades seleccionadas.

Os dados foram recolhidos através de um programa de “Internet search” chamado “US Gazetteer”, que publica os dados oficiais do “United States Census Bureau” ao nível local ([www.census.gov/cgi-bin/gazetteer](http://www.census.gov/cgi-bin/gazetteer)). Todos os números se referem ao censo de 1990. Através deste programa, podemos saber quantos luso-americanos existem no mais pequeno e remoto lugar dos Estados Unidos. Selecionando uma qualquer cidade ou vila americana é disponibilizado um vasto conjunto de informações sócio-demográficas, incluindo os dados relativos à ascendência da população. Assim, é teoricamente possível saber onde vivia cada um dos 900.060 luso-americanos em 1990.

Esta secção é dividida em três partes. Em primeiro lugar será apresentada a dimensão da comunidade portuguesa em cada um dos Estados americanos; seguidamente, será fornecida uma imagem da distribuição dos luso-americanos pelas quatro regiões geográficas dos EUA; finalmente, numa análise mais localizada, serão apresentados os números da comunidade, o uso da língua portuguesa, a posição que esta ocupa em relação às outras comunidades locais e o número de pessoas que afirmaram ser portuguesa a sua “segunda ascendência” (os dados referem-se aos Estados e respectivas cidades com maior número de luso-americanos).

## 1. COMUNIDADES PORTUGUESAS NOS EUA POR ESTADOS

Constata-se que em todos os Estados americanos existe uma comunidade portuguesa. North Dakota é o Estado escolhido por menos portugueses – apenas ali vivem 131 luso-americanos. Inversamente, no Estado da Califórnia vivem em 1990 um total de 275.492.

Assim, os sete Estados com uma maior comunidade luso-americana são, por esta ordem, Califórnia, Massachusetts, Rhode Island, New Jersey, Hawaii, Connecticut e New York. Os que têm menor representatividade portuguesa são North Dakota, West Virginia, South Dakota, Nebraska, Washington D.C., Wyoming e Iowa.

**Quadro 5**

Número de luso-americanos e uso do português nos Estados americanos

	Pop.	Portu.	∂ *		Pop.	Portu.	∂ *
Alabama	4.040.587	973	396	Missouri	5.117.073	2.184	707
Alaska	550.043	1.111	262	Montana	799.065	955	70
Arizona	3.665.228	4.895	1.266	Nebraska	1.578.385	520	215
Arkansas	2.350.725	906	307	Nevada	1.201.833	6.011	919
California	29.760.021	275.492	78.232	New Hampshire	1.109.252	6.192	1.173
Colorado	3.294.394	3.045	727	New Jersey	7.730.188	56.928	55.285
Connecticut	3.287.116	35.523	24.936	New Mexico	1.515.069	1.105	329
Delaware	666.168	735	291	New York	17.990.455	34.455	33.089
D.C.	606.900	627	1.170	North Carolina	6.628.637	3.326	1.659
Florida	12.937.926	23.975	16.028	North Dakota	638.800	131	77
Georgia	6.478.216	3.184	1.795	Ohio	10.847.115	3.577	1.800
Hawaii	1.108.229	39.748	1.110	Oklahoma	3.145.585	1.707	375
Idaho	1.006.749	2.005	658	Oregon	2.842.321	7.743	767
Illinois	11.430.602	2.781	4.310	Pennsylvania	11.881.643	9.209	6.940
Indiana	5.544.159	1.650	763	Rhode Island	1.003.464	76.773	39.947
Iowa	2.776.755	656	275	South Carolina	3.486.703	1.578	752
Kansas	2.477.574	961	374	South Dakota	696.004	329	44
Kentucky	3.685.296	903	241	Tennessee	4.877.185	1.155	611
Louisiana	4.219.973	1.845	711	Texas	16.986.510	9.123	4.251
Maine	1.227.928	2.783	314	Utah	1.722.850	1.362	1.871
Maryland	4.781.468	5.148	5.161	Vermont	562.758	1.271	162
Massachusetts	6.016.425	241.173	133.373	Virginia	6.187.358	7.630	3.240
Michigan	9.295.297	2.615	1.700	Washington	4.866.692	8.602	1.565
Minnesota	4.375.099	1.000	806	West Virginia	1.793.477	319	217
Mississippi	2.573.216	865	274	Wisconsin	4.891.769	1.104	490
				Wyoming	453.588	643	104

\* Esta categoria indica a quantidade de luso-americanos que ainda utiliza a língua portuguesa em casa.

2. COMUNIDADE PORTUGUESA POR REGIÕES AMERICANAS

**Quadro 6**

Distribuição dos luso-americanos por regiões

	Total	North-east	Mid-west	South	West
Portugueses	1.153.351	49%	3%	8%	41%

Este quadro, que inclui também as pessoas que declararam ser portuguesa a sua “segunda ascendência”, fornece uma imagem nítida da concentração espacial da comunidade. Verificamos que cerca de 89% dos luso-americanos vive na costa ocidental americana e na costa leste (Nova Inglaterra).

### 3. POPULAÇÃO LUSO-AMERICANA, DIMENSÃO RELATIVA DA COMUNIDADE E USO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ESTADOS E CIDADES SELECIONADOS

Nos próximos quadros apresentam-se os números da população de ascendência portuguesa em alguns Estados e cidades dos Estados Unidos. É apresentado também o seu peso relativo e o número dos que falam português em casa.

A informação refere-se aos Estados de Massachusetts, Califórnia, Rhode Island, New Jersey e Hawaii, por serem estes os Estados com maior número de luso-americanos. Dentro destes, foram escolhidas algumas cidades para as quais os portugueses têm tradicionalmente emigrado. De modo a permitir a comparação, inclui-se ainda um quadro relativo aos Estados Unidos em geral.

Para cada uma destas categorias apresenta-se a população total, a população que afirmou ter Portugal como a sua primeira ascendência, a percentagem do total que tem Portugal como a sua primeira ascendência, a população que tem como segunda ascendência a portuguesa (por exemplo, uma pessoa afirma que a sua ascendência é alemã, mas que é também, secundariamente, portuguesa) e a população que fala português em casa.

A categoria “\*” refere-se à posição da comunidade portuguesa na hierarquia das comunidades étnicas com maior representatividade numérica no local em questão. Em alguns dos



locais (principalmente na Califórnia) a categoria de “hispanics” pode ser maior do que a de portugueses mas não aparece nesta hierarquia, por não se referir a um único país. No Hawai acontece o mesmo, em relação aos Polinésios.

Estes dados permitem uma melhor percepção do que é a comunidade luso-americana. Observam-se os locais para os quais esta preferiu deslocar-se e instalar-se e verifica-se até que ponto (e em que locais) os luso-americanos formam uma comunidade importante para a sociedade em que se inserem.

#### Quadro 7

Representatividade da comunidade luso-americana e uso do português nos Estados Unidos da América

\* Classificação da comunidade portuguesa em relação às outras comunidades.

		%	*
População	248.709.873	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	900.060	0,36	23. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	253.291		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			430.610

#### Quadros 8

Representatividade da comunidade luso-americana e uso do português em Massachusetts

##### a) ESTADO

Massachusetts		%	*
População	6.016.425	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	241.173	4,01	8. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	48.251		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			133.373

<b>b) CIDADES</b>				* Classificação da comunidade portuguesa em relação às outras comunidades.
<hr/>				
New Bedford		%		*
População	99.922	100		
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	40.664	40,7		1. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	4.427			
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa				26.939
<hr/>				
Fall River		%		*
População	92.703	100		
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	42.519	45,9		1. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	3.810			
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa				25.309
<hr/>				
Taunton		%		*
População	49.832	100		
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	14.652	29,41		1. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	1.816			
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa				7.089
<hr/>				
Lowell		%		*
População	103.439	100		
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	5.647	5,46		4. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	822			
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa				3.991
<hr/>				

**Quadro 13**

Representatividade da comunidade luso-americana  
e uso do português em **Rhode Island**

\* Classificação  
da comunidade  
portuguesa em  
relação às outras  
comunidades.

**a) ESTADO**

Rhode Island		%	*
População	1.003.464	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	76.773	7,6	5. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	17.877		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			39.947

**b) CIDADES**

Providence		%	*
População	160.728	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	7.309	4,5	4. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	1.359		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			5.533

East Providence		%	*
População	50.380	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	14.315	28,41	1. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	1.491		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			8.729

Bristol		%	*
População	21.625	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	7.996	36,97	1. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	1.150		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			4.554

**Quadro 17**Representatividade da comunidade luso-americana  
e uso do português em **New Jersey**\* Classificação  
da comunidade  
portuguesa em  
relação às outras  
comunidades.**a) ESTADO**

New Jersey		%	*
População	7.730.188	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	56.928	0,74	13. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	6.260		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			55.285

**b) CIDADES**

Newark		%	*
População	275.221	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	18.874	6,9	1. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	196		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			21.342

**Quadros 19-20**Representatividade da comunidade luso-americana  
e uso do português em **New York****a) ESTADO**

New York		%	*
População	17.990.455	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	34.455	0,19	26. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	9.635		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			33.089

\* Classificação da comunidade portuguesa em relação às outras comunidades.

**b) CIDADES**

New York		%	*
População	7.322.564	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	9.824	0,13	25. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	2.824		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			13.785 *

\* O valor é superior ao dos habitantes de ascendência portuguesa porque a categoria de língua portuguesa inclui também o “Portuguese Creole”.

**Quadros 21-24**

Representatividade da comunidade luso-americana e uso do português no **Hawai**

**a) ESTADO**

Hawai		%	*
População	1.108.229	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	39.748	3,6	3. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	17.377		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			1.110

**b) CIDADES**

Honolulu		%	*
População	365.272	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	7.829	2,14	4. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	3.296		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			214

			* Classificação da comunidade portuguesa em relação às outras comunidades.
Kahului		%	*
População	16.889	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	1.038	6,15	1. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	281		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			14
Wailuku		%	*
População	10.620	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	603	5,68	1. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	226		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			30

### Quadros 25-29

Representatividade da comunidade luso-americana e uso do português na **Califórnia**

#### a) ESTADO

Califórnia		%	*
População	29.760.021	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	275.492	0,93	13. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	81.003		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			78.232

#### b) CIDADES

San Jose		%	*
População	782.225	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	15.601	2	5. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	4.358		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			6.863

\* Classificação da comunidade portuguesa em relação às outras comunidades.

Turlock		%	*
População	42.198	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	3.220	7,6	2. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	466		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			1.408

Artesia		%	*
População	15.464	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	1.403	8,5	1. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	46		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			1.340

San Leandro		%	*
População	68.223	100	
1. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	5.865	8,6	2. <sup>a</sup>
2. <sup>a</sup> ascendência – portuguesa	1.101		
Pop. com 5 anos ou mais, que fala português em casa			1.844

- Estes dados revelam que em 1990 o total de pessoas com raízes ou nacionalidade portuguesa ou nascidas em Portugal era de 1.153.351.
- Um total de 430.610 pessoas ainda utiliza o português em casa. Este dado é bastante importante porque indica o número de pessoas que mais facilmente consegue manter contactos com a cultura portuguesa. Através do “Bureau of Census” pode também saber-se os números das mais significativas comunidades lusófonas nos EUA – a dos cabo-verdianos e a dos brasileiros. Constata-se que viviam nos Estados Unidos,

- em 1990, 57.108 pessoas de ascendência brasileira e 46.552 de ascendência cabo-verdiana. Estes números têm que ser adicionados aos da comunidade portuguesa ao abordar-se assuntos relacionados com a representatividade da língua portuguesa nos EUA. O valor de 430.610 pessoas que usam o português em casa inclui, assim, brasileiros e cabo-verdianos.
- A Califórnia é o Estado com maior número de pessoas de ascendência portuguesa. No entanto, é em Rhode Island que encontramos uma maior percentagem de portugueses em relação à população total (7,6%).
  - Os dados relativos às cidades da Califórnia e de Massachusetts parecem indicar que neste último Estado os portugueses se concentraram mais. Na Califórnia não encontramos nenhuma cidade com as características de Fall River ou New Bedford, nas quais cerca de metade da população é luso-americana.
  - As comunidades luso-americanas dos Estados de New Jersey e New York são, proporcionalmente, as que usam mais o português. No Hawaii, a quase totalidade da população luso-americana deixou de usar o português.
  - Fall River é a cidade americana com mais portugueses, tanto em termos absolutos como relativos.
  - Em nove cidades americanas, o grupo de ascendência mais representativo é o português: Fall River, New Bedford, Taunton, East Providence, Bristol, Newark, Kahului, Wailuku e Artesia.

A comunidade luso-americana é, sem dúvida, um grupo da sociedade americana que não pode ser ignorado. Uma comunidade de cerca de um milhão de pessoas é importante tanto para os EUA como para Portugal – trata-se, afinal, do equivalente a cerca de 10% da população do nosso país. No entanto, se é óbvia e inegável a atenção que esta comunidade deve merecer por parte do Estado português, poderiam surgir dúvidas sobre o real peso de uma comunidade de um milhão de pes-



soas num país com 250 milhões. E, de facto, os luso-americanos ficam aparentemente algo diluídos nestes números.

No entanto, esta conclusão é enganadora. Antes de mais, como reside num dos países maiores, mais populosos e mais poderosos do mundo, a comunidade portuguesa é vasta para Portugal, mas será sempre “pequena” para os EUA. Por outro lado, não será realista ficarmo-nos pela conclusão de que a comunidade luso-americana representa cerca de um milhão de pessoas nos EUA. Esta última secção mostrou que, se a comunidade representa 0,36% da totalidade da população americana, ao nível local e estadual existem regiões onde os luso-americanos são o grupo decisivo. A forte concentração da comunidade pode ser negativa na medida em que contribui para a fraca integração na sociedade americana, mas é extremamente positiva ao permitir que em certos locais esta assuma um peso e uma representatividade muito superiores aos que tem a nível nacional.

Assim, uma análise do estatuto que a comunidade detém na sociedade americana terá que partir sempre de uma análise localizada, devido à sua grande concentração geográfica. Simplificando, a comunidade representa 0,36% da população dos EUA, mas 46% da de Fall River. Se o seu peso ao nível nacional impossibilita quaisquer ambições de um papel decisivo na sociedade americana, ao nível local encontramos sítios nos quais a comunidade luso-americana pode e deve moldar o destino da sociedade em que se insere.

Na terceira e última parte deste trabalho irá ser analisado até que ponto existe este “poder local” e até que ponto a comunidade luso-americana o utiliza.



OS  
PORTUGUESES  
NOS ESTADOS UNIDOS  
DA AMÉRICA  
POLÍTICA DE COMUNIDADES  
E COMUNIDADE POLÍTICA



## Terceira Parte

*A Comunidade Luso-Americana e a Política*



Uma vez analisado o que pode ser feito em termos de política de comunidades para defender os interesses dos nossos emigrantes e depois de se conhecer algo mais sobre a comunidade portuguesa nos EUA, este capítulo vai abordar a comunidade enquanto grupo político.

O seu conteúdo político pode ser dividido em dois aspectos. Como se trata de uma comunidade unida pela origem comum e por interesses semelhantes, deverá ser considerada no âmbito do chamado “voto étnico”; por outro lado, a comunidade tem poder político devido ao seu papel nas relações diplomáticas entre os EUA e Portugal.

Sendo muito diferentes, entre estes dois tipos de “poder” acaba por haver uma ligação, porque o aumento do poder da comunidade portuguesa nos EUA potencia melhores relações diplomáticas. Se o primeiro tipo de poder é facilmente aceite porque se conhece o papel do “voto étnico” e a permeabilidade do sistema político americano às minorias étnicas, poder-se-ia questionar o segundo. Demonstrar este aspecto (como aliás conhecer todos os aspectos internos que acabam por moldar a política externa) revela-se complexo.

Um factor indicativo do papel importante da comunidade luso-americana nas relações Portugal-EUA pode ser encontrado nos chamados “country profiles” que várias instituições americanas têm por hábito publicar. Se consultarmos os relatórios sobre Portugal do “Department of State” ([www.dos.gov](http://www.dos.gov)) e da “Library of Congress” ([www.loc.gov](http://www.loc.gov)) encontramos, na secção relativa às relações luso-americanas, referências destacadas quanto ao papel da comunidade no reforço dessas relações. No relató-

rio do “Department of State”, para além dos factores “atlânticos”, de defesa e da antiguidade das relações diplomáticas formais, é referido: “emigration and sizable portuguese communities in the United States contribute to a strong cultural bond”. No relatório da Biblioteca do Congresso americano é referido: “The United States and Portugal traditionally considered each other friends and allies. These sentiments were reinforced by the large number of portuguese immigrants to the United States and the growing economic and political importance of the portuguese community”.

Neste capítulo provar-se-á objectivamente o papel decisivo das comunidades luso-americanas no reforço das relações entre os dois países e na defesa dos interesses nacionais de Portugal.

Estudando o primeiro tipo de poder referido – o poder de voto da comunidade – veremos as consequências objectivas e favoráveis que resultam para o nosso país. Procurar-se-á assim demonstrar como uma comunidade portuguesa activa pode beneficiar não só as suas condições de vida nos EUA como também Portugal.

Para avaliar o poder de voto da comunidade luso-americana, temos que saber quais os políticos que representam as zonas onde encontramos mais portugueses (conforme vimos no capítulo anterior). É essa questão que irá ser abordada seguidamente.

### **Os políticos mais relevantes para a Comunidade Luso-Americana**

Conforme foi referido no capítulo anterior, a comunidade portuguesa encontra-se fortemente concentrada. Este aspecto tem inegáveis vantagens políticas porque faz com que em certos locais a comunidade luso-americana seja o que, por exemplo, a comunidade alemã, inglesa, irlandesa e italiana são a nível

nacional. Encontramos locais onde os portugueses representam cerca de metade da população e outros nos quais são o grupo étnico mais importante.

Com os dados demográficos apresentados no capítulo anterior, estamos em posição de saber quais os locais onde a comunidade tem grande representatividade – apenas será justificável analisar o poder e a participação política dos luso-americanos em certos Estados e em certas cidades. Uma vez identificados estes locais, analisar-se-ão os políticos que representam essas zonas e as suas acções. Finalmente, procurar-se-á observar até que ponto estes políticos adoptaram medidas que assegurem os interesses da comunidade luso-americana.

Nos EUA, cada um dos congressistas federais (“deputados” nacionais) é eleito por uma determinada zona geográfica e é obrigado pela Constituição a defender não só os interesses do país como também os interesses dos residentes na zona pela qual concorreu (e essa defesa determina muitas vezes a sua reeleição). Devido a esta particularidade do sistema político americano, um congressista federal que seja eleito por uma zona de forte concentração de luso-americanos está, neste esquema de representação geográfica, mais dependente dos seus eleitores do que estaria em qualquer outro regime.

Assim, embora o poder dos luso-americanos seja, como se viu, apenas local, o sistema representativo americano faz com que este poder local esteja representado no órgão legislativo nacional americano. É deste modo que funciona em teoria o sistema da representação geográfica nos EUA – e o que este capítulo pretende precisamente apurar é se estes políticos federais “sentem”, na prática, o poder da comunidade luso-americana.

Assim, embora seja também muito útil o estudo dos “governos locais” para compreender o poder político da comunidade, este estudo irá concentrar-se nos congressistas federais americanos que representam zonas onde a comunidade tem muita

força. Uma vantagem acrescida de concentrar a análise nos órgãos federais é o facto de ser a este nível que se poderá realmente construir o prestígio da comunidade e também beneficiar Portugal (porque a política externa americana é definida ao nível federal).

Dentro do sistema legislativo federal, por sua vez, será mais útil uma concentração da análise nos políticos e nas acções da “House of Representatives” – a “câmara baixa” americana. Pela sua natureza, o cargo de senador está mais distanciado das comunidades locais do seu Estado. Os membros da Casa dos Representantes, pelo contrário, representam grupos muito menores de pessoas, pelo que abordam problemas políticos mais específicos. Assim, será mais natural encontrar apoios aos luso-americanos ao nível da Casa dos Representantes e será nesta que a análise do poder político da comunidade se deverá centrar.

Encontrar os congressistas federais e os senadores de áreas nas quais existem comunidades luso-americanas fortes é bastante fácil. Cada Estado americano tem dois representantes no Senado – apenas nos interessam, portanto, os senadores de Massachusetts, Rhode Island, Califórnia, New Jersey e Connecticut. Em relação à Casa dos Representantes, temos de procurar quais os “electoral districts” com elevada percentagem de luso-americanos. Possuindo esta informação, bastará ver nos directórios do Congresso americano quais os políticos eleitos por essas zonas.

Assim, no Senado, os políticos relevantes são:

*Califórnia*

Barbara Boxer (Democrat – D); Dianne Feinstein (D).

*Connecticut*

Christopher J. Dodd (D); Joseph I. Lieberman (D).



*Hawai*

Daniel K. Akaka (D); Daniel K. Inouye (D).

*Massachusetts*

Edward M. Kennedy (D); John F. Kerry (D).

*New Jersey*

Frank R. Lautenberg (D); Robert Torricelli (D).

*Rhode Island*

John H. Chafee (Republican – R); Jack Reed (D).

Na Casa dos Representantes, chega-se à conclusão que os distritos eleitorais com maior concentração de luso-americanos são os representados por:

Barney Frank (D) – Massachusetts, 4<sup>th</sup> District.

William D. Delahunt (D) – Massachusetts, 10<sup>th</sup> District

Robert Menendez (D) – New Jersey, 13<sup>th</sup> District.

Barbara B. Kennelly (D) – Connecticut, 1<sup>st</sup> District.

Patrick J. Kennedy (D) – Rhode Island, 1<sup>st</sup> District.

Existem centenas de outros distritos eleitorais com luso-americanos, mas nestes eles constituem uma grande parte do eleitorado e portanto influenciam o resultado eleitoral. Podemos ainda reduzir mais este grupo de políticos federais porque, por razões diferentes, existem três políticos que assumem um papel preponderante para a comunidade luso-americana: Barney Frank, Patrick Kennedy e Richard Pombo.

Barney Frank: O distrito que elegeu este congressista é, nos EUA, aquele que representa um maior número de luso-ameri-

canos, já que engloba as cidades de New Bedford e Fall River, onde existem cerca de 100 mil luso-americanos. Barney Frank é um político bastante influente no Congresso. Democrata e próximo do Presidente Clinton, Frank está no seu nono mandato na Casa dos Representantes. Devido às “leis de antiguidade” (seniority) do Congresso, pertence a comissões parlamentares bastante importantes – “Judiciary” e “Banking”. As suas grandes causas políticas são a redução do orçamento de Defesa (lidera esta iniciativa). Cada membro do Congresso tem uma página oficial na Internet e na de Frank podemos encontrar, entre as três iniciativas legislativas que menciona, uma que interessa directamente aos luso-americanos – o alargamento a Portugal do “Visa Waiver Programme” (tema que será desenvolvido mais à frente).

*Patrick J. Kennedy:* Outro local com grande concentração de luso-americanos é o distrito eleitoral do Democrata Patrick J. Kennedy, em Rhode Island (na zona que engloba Providence). Este congressista é filho do senador de Massachusetts, Edward Kennedy e sobrinho de John F. Kennedy. É também o mais novo membro da Casa dos representantes, com apenas 28 anos. Um factor que o liga a Portugal é a circunstância de ser o vice-presidente (e representante dos EUA) da Comissão Mundial dos Oceanos, cujo presidente é Mário Soares. Na sua página oficial na Internet é referido que Patrick Kennedy “hosted President Soares in a visit to Rhode Island in October 1995”.

*Richard W. Pombo:* Os dois congressistas anteriores são os políticos mais relevantes para os luso-americanos. Pelo seu poder e pela dependência relativa que têm dos portugueses, são estes que estarão em melhor posição para defender os grandes interesses da comunidade e os que têm maiores incentivos para o fazer. No entanto, o congressista Richard Pombo tem uma

importância vital para o prestígio e para os interesses desta comunidade. Trata-se do único luso-americano eleito para a Casa dos Representantes. Curiosamente, foi eleito por uma zona com relativamente poucos portugueses – o Vale de San Joaquim (11th District), na Califórnia. Trata-se de um luso-descendente, neto de portugueses. Na sua página na Internet ficamos a saber que lhe foi outorgada a “...Grand Order of Infante D. Henrique, the highest civilian honor that is bestowed by the portuguese government, in recognition of his efforts to improve portuguese-american relations”. Ao contrário dos outros, é um Republicano, cuja principal causa política é os direitos de propriedade privada. Pertence, no Congresso, a comissões relacionados com os assuntos agrícolas.

### **Acções recentes do Congresso que beneficiaram os Luso-Americanos**

Nesta secção serão analisadas as acções de apoio aos luso-americanos que emanam do Congresso. Procurar-se-á apurar, deste modo, se o peso numérico dos luso-americanos é recompensado pelos representantes federais das áreas onde residem – os políticos referidos na secção anterior.

Este estudo é facilitado pelas excelentes fontes de pesquisa disponibilizadas pelo governo americano. Para serem reeleitos, os congressistas têm que dedicar grande parte da sua “agenda política” à negociação de leis que beneficiem directa e objectivamente os poucos milhares de pessoas que os elegeram. Assim, é do seu interesse que os seus constituintes saibam o que o congressista fez por eles. É portanto muito fácil conhecer, através da Internet, as iniciativas legislativas e o sentido de voto de cada um. Recentemente, foi criado pelo congresso americano um programa de “Internet search” designado

“Thomas” ([www.thomas.loc.gov](http://www.thomas.loc.gov)), através do qual podemos conhecer todas as leis propostas, aprovadas e recusadas no Senado e na “House of Representatives”, por tema e por congressista. Podemos seleccionar automaticamente todas as leis que mencionam Portugal, todas as que mencionam os luso-americanos e todas as leis iniciadas ou participadas por um dado representante ou senador.

Para analisar até que ponto a comunidade luso-americana é alvo de iniciativas legais e debates e para saber quais os políticos impulsadores dessas acções, foi realizada uma pesquisa bastante simples, mas muito eficaz: primeiro foram seleccionadas todas as leis mencionando ou beneficiando os luso-americanos e depois procurou-se saber quais os políticos autores ou patrocinadores dessas leis.

Realizada a pesquisa através do programa “Thomas”, encontramos cinquenta documentos sobre esta matéria nos registos da 105.<sup>a</sup> Sessão do Congresso (1996-1998). Estas referências a luso-americanos dividem-se em três tipos: referências simples a factos relacionados com a comunidade ou louvores a instituições luso-americanas que prestaram algum serviço ao país; legislação referente ao problema da deportação automática em caso de crime; legislação relacionada com o “Visa Waiver Programme”. Veja-se agora o conteúdo dessas referências e os seus promotores:

1. Em relação ao primeiro tipo de referências, os benefícios para os luso-americanos não serão muito tangíveis, embora contribuam, devido à instituição de onde emanam, para o prestígio da comunidade e para o seu orgulho. Um exemplo representativo é o discurso, em sessão plenária, do congressista de New Jersey, Robert Menendez, em 13 de Março de 1997 – “In Honour of the 75th anniversary of the Portuguese Instructive Social Club” – no qual este político explica o importante papel desta associação para a comunidade local.

Outro exemplo é o da congressista de Connecticut, Barbara B. Kennelly, que em 22 de Maio de 1997 fez um discurso sobre as comemorações do dia de Portugal mencionando o papel das comunidades luso-americanas na história dos EUA. Outro tipo de referência é a do senador de Massachusetts, Edward Kennedy, que no dia 10 de Julho deste ano se referiu ao terramoto dos Açores e apelou à ajuda americana (lembrando também os muitos luso-americanos indirectamente afectados pelo sucedido).

2. O problema das deportações automáticas em caso de crime tem origem numa lei de 1996 que pretendia reagir à sensação de insegurança nacional devida à vaga de terrorismo na altura ocorrida. Foi decidido que os imigrantes legais que cometessem um crime seriam automaticamente deportados para o seu país de origem. O problema surge devido ao facto de ser possível uma pessoa viver indefinidamente nos EUA apenas como imigrante legal (sem ser necessário naturalizar-se). Ora grande parte desses deportados já se encontram há muitos anos nos Estados Unidos, não tendo quaisquer raízes no país onde nasceram. Também a comunidade luso-americana foi afectada por este problema.

Encontramos intervenções na Casa dos representantes sobre esta matéria, nomeadamente de Barney Frank, onde este político lê uma carta que lhe foi enviada por um luso-americano, seu constituinte, que se depara com este problema. Barney Frank aproveitou esta carta para contestar a lei e propor uma alteração para que passe a considerar os casos de deportação um a um (em vez de ser automática), evitando-se assim a deportação de pessoas sem quaisquer raízes no seu país de origem.

3. No entanto, é nos muitos projectos de lei e debates sobre o alargamento do “Visa Waiver Programme” que os interesses da comunidade luso-americana são postos em relevo.

Nos EUA, devido à imigração em massa, existe uma legislação muito rigorosa que regula as entradas no país. Este projecto prevê uma flexibilização do sistema de vistos ao não os exigir a pessoas provenientes de certos países. Esta isenção é calculada da seguinte forma: faz-se um levantamento da percentagem de pedidos de visto recusados em cada país pelas autoridades consulares americanas num período de dois anos. Em seguida, aqueles que tiverem uma percentagem inferior a 2% passam a ser abrangidos pelo programa. É natural que os países mais desenvolvidos tenham menos recusas porque existe um menor receio de imigração clandestina (o aproveitar um visto turístico para se instalar ilegalmente). Portugal e a Grécia eram os únicos países da Europa Ocidental que não estavam abrangidos, porque a respectiva percentagem de pedidos recusados era de cerca de 2,5%. Após uma intensa série de iniciativas e debates legislativos, a percentagem requerida foi alargada para poder incluir Portugal e Grécia. Após uma forte “campanha” dentro da Casa dos Representantes e de um debate que encontrou grande oposição, a lei foi aprovada. Os promotores desse alargamento foram os representantes Richard Pombo, Barney Frank e Patrick J. Kennedy. Nas intervenções no debate sobre a matéria, os três referem as vantagens deste alargamento para a comunidade luso-americana, salientando que os seus familiares poderão muito mais facilmente entrar no país.

Estes são apenas os exemplos mais representativos de iniciativas em benefício dos luso-americanos. Nestas, como nas iniciativas não mencionadas, constata-se que os seus promotores são os congressistas eleitos por áreas com forte representatividade luso-americana.

Com isto não se pretende, como é óbvio, afirmar que os interesses da comunidade luso-americana são a prioridade destes políticos. Antes de mais, a maior parte do seu trabalho parlamentar é dedicado à política americana em geral. Para além

disso, propõem também leis e debates que beneficiam outros grupos étnicos (como todos os congressistas americanos). No entanto fica patente, ao consultar-se os registos da actividade do Congresso americano, que existe um grupo de senadores e representantes (não negligenciável devido ao seu número e prestígio) que propõe e inicia regularmente medidas concretas que beneficiam os luso-americanos enquanto comunidade.

O resultado é deste modo claro. Por ser possível conhecer os promotores de cada projecto-lei do Congresso, é também possível demonstrar que todas as leis que beneficiaram a comunidade luso-americana foram promovidas por políticos que representam as zonas onde existem muitos luso-americanos. Por outro lado, existe também uma relação quase directa entre o número de iniciativas legais que os beneficiam e o número de luso-americanos representados – quantos mais luso-americanos tem entre os seus eleitores, mais iniciativas o congressista promove.

Os resultados desta pesquisa destacam paralelamente algo que é frequentemente referido mas que é difícil de provar ou que se julga ser vago e intangível – o político americano colhe benefícios ao beneficiar os seus eleitores ou, se se preferir, acaba por beneficiar os seus eleitores ao procurar promover-se. É a prova definitiva de que o sistema político americano é o que mais facilmente se pode dar ao luxo de possuir políticos interessados apenas em si próprios. Até um certo ponto não é preciso que, por exemplo, o congressista Barney Frank goste dos luso-americanos – ele tem que gostar.

### **Acções recentes do Congresso que beneficiaram os interesses de Portugal**

Para estudar estas acções voltámos a usar o referido programa de “Internet search” do Congresso americano e seleccionámos

todos os registos da 105.<sup>a</sup> “legislatura” que mencionam o nosso país. Encontramos referências a relatórios de comissões sobre a questão do ouro nazi e leis que dizem respeito à comunidade luso-americana, mas mencionam também Portugal, como por exemplo os relacionados com o “Visa Waiver Programme”. Existem também referências e documentos relacionados com a NATO que incluem referências ao nosso país.

Destes, as já referidas acções para alargar o programa de isenção de visto a Portugal beneficiam não só os luso-americanos mas também Portugal. Como era, juntamente com a Grécia, o único país da Europa Ocidental não abrangido pelo programa, o alargamento é claramente favorável (e útil) ao nosso país. A partir daí os portugueses podem mais facilmente viajar em turismo ou negócios para os EUA.

No entanto, é através de outro caso prático que podemos observar melhor até que ponto os interesses nacionais de Portugal são ou não beneficiados pelo facto de termos uma forte comunidade luso-americana. Seleccionando tanto os registos que mencionam Portugal como os que mencionam Timor Leste, encontramos iniciativas do Congresso americano que apoiam a posição portuguesa e revelam posições próximas ou mesmo semelhantes às orientações portuguesas. Não se pode esquecer que actualmente este assunto é uma das prioridades da política externa do nosso país. Deste modo, todos os apoios externos nesta matéria são-nos claramente benéficos – principalmente se estes têm origem num dos principais órgãos que definem a política externa dos Estados Unidos. Os EUA são o país unilateralmente mais susceptível de provocar alterações na situação de Timor sendo, por outro lado, um aliado militar e político da Indonésia.

Encontramos dois tipos de referências ao problema de Timor Leste: debates e menções que exprimem o “sense of Congress” (no fundo, a “opinião” do Congresso) e propostas de lei para redu-



zir ou eliminar a assistência (principalmente militar) à Indonésia, justificadas pelas violações dos direitos humanos em Timor.

Vejam-se exemplos de ambos os tipos de referências. No dia 22 de Maio de 1998, foi apresentada uma resolução (posteriormente enviada à Comissão de Política Externa do Senado) exprimindo o “sense of the Senate regarding the situation in Indonesia and East Timor”, na qual sete senadores (entre os quais Jack Reed, de Rhode Island e Edward Kennedy, de Massachusetts) reagem à demissão de Suharto e apelam para que se aproveite o momento para promover um referendo de auto-determinação em Timor Leste. Outra acção semelhante, que possui algum peso simbólico, foi uma intervenção no dia 26 de Fevereiro de 1997, na qual foi pedido que o discurso de aceitação do Prémio Nobel da Paz de Ramos Horta fosse incluído nos registos oficiais do Congresso. Quem fez este pedido foi o congressista de Rhode Island, Patrick Kennedy.

No que respeita à assistência americana à Indonésia, encontramos várias intervenções no sentido de a reduzir ou mesmo eliminar enquanto a situação de Timor Leste e outros problemas de direitos humanos não estejam resolvidos. Em 12 de Fevereiro de 1997 o representante Barney Frank propôs uma lei para excluir a Indonésia do programa americano de educação e treino militar.

No entanto, o exemplo mais representativo é a abordagem desta questão no curso do debate anual sobre política externa (“Foreign Relations Authorization Act, Fiscal Years 1998 and 1999”, 10 de Junho de 1997). No âmbito deste tema, encontramos um projecto de lei apresentado por Patrick Kennedy onde se afirma que devido ao problema de Timor, nomeadamente da violação dos direitos humanos e da ausência de instituições democráticas, a ajuda militar dos EUA à Indonésia deveria ser cancelada ao longo desse ano.

Uns meses antes, no dia 19 de Março, encontramos um discurso de Kennedy no qual expõe as violações de direitos huma-

nos na Indonésia e apela à reconsideração da ajuda militar americana a este país. Nesta intervenção refere que visitou, enquanto congressista, Timor Leste e que pôde testemunhar directamente os problemas da região.

Mas o mais interessante para o objectivo deste capítulo é o facto de mencionar nesta intervenção a actuação das comunidades luso-americanas alertando-o para este problema. Referiu que: “As a former portuguese colony, the concerns of portuguese-americans have been great. Indeed, as I travel across the country, it is primarily in the portuguese communities, and of course the large portuguese communities in Rhode Island, that I hear concerns over the plight of these people half way around the globe”.

Pelas referências que encontramos sobre Timor Leste no Congresso americano (órgão no qual tem origem grande parte da política externa americana), constatamos que este está a aproximar-se da posição defendida por Portugal nos últimos anos. Isso pode ser decisivo para a resolução do problema de acordo com os interesses portugueses (e sabemos que este é um dos aspectos fulcrais dos nossos interesses no mundo).

Como foi referido no início deste capítulo, pretendeu-se avaliar o poder da comunidade luso-americana enquanto grupo com interesses comuns e com forte representatividade eleitoral em certos locais. Mas pretendeu-se também analisar e demonstrar algo que por vezes parece subjectivo – a contribuição dessa comunidade para os interesses nacionais portugueses.

Através de uma pesquisa que colocou em evidência as leis e os debates emanados do Congresso americano favoráveis à comunidade luso-americana e em seguida procurou saber quais os políticos responsáveis por essas acções, ficou claramente demonstrado que os interesses dessa comunidade fazem parte da agenda política dos congressistas eleitos pelas zonas onde os luso-americanos estão mais concentrados.

Mas ficou também demonstrado que, por quererem atender a esses interesses, estes mesmos políticos acabam por ser os principais defensores e apoiantes das posições portuguesas que surgem a debate. Assim, fica patente o papel decisivo, directo e objectivo da comunidade luso-americana na defesa dos interesses diplomáticos de Portugal.

Esta relação entre a comunidade luso-americana e a diplomacia portuguesa é evidenciada ainda por outro aspecto. É conhecido o papel dos “lobbies” no sistema político americano. Pode-se distinguir, de forma algo simplificada, entre dois tipos de *lobby* nos EUA: por um lado, existem aqueles que resultam de pressões de elementos exteriores às instituições do governo, por outro os que actuam no seio dessas instituições. Com relevância para a comunidade luso-americana e para Portugal, encontramos exemplos de cada um destes tipos. Externamente, temos o “Portuguese-American Leadership Council of the United States” (PALCUS) e no interior do Congresso temos o “Portuguese Caucus”, na Casa dos Representantes, e o grupo “Friends of Portugal”, no Senado.

#### **“Portuguese-American leadership council of the United States”**

Pode-se afirmar com segurança que este é o único *lobby* político luso-americano que actua nos EUA a nível nacional. Quase todos os principais grupos de ascendência e raças nos EUA possuem associações através das quais pressionam os legisladores para que actuem no seu interesse. Um caso representativo é a “National Italian American Foundation”, criada em 1975 com o objectivo explícito de promover a eleição de “italian americans” para o governo.

Com a criação da PALCUS (em 1991), os luso-americanos têm agora igualmente um meio de o fazer de forma organi-

zada. Este grupo terá tido a sua primeira prova de força enquanto grupo de pressão (e foi bem sucedido) na “campanha” empreendida durante a discussão no Congresso sobre o alargamento do “Visa Waiver Programme”. Organizou sessões de esclarecimento junto dos membros dos gabinetes de congressistas que se opunham à lei e promoveu um encontro entre os congressistas eleitos por zonas onde residem muitos luso-americanos com os objectivos de discutir as vantagens deste alargamento para a comunidade e definir as estratégias a empreender no Congresso (para que os congressistas tivessem bons argumentos no debate).

Esta instituição tem recebido um apoio considerável da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (no âmbito do seu objectivo de apoiar as comunidades luso-americanas). É presidida desde a sua criação pelo luso-americano Ronald J. Cruz e tem a sua sede em Washington. No seu conselho consultivo encontramos Frank Carlucci e Patrick Kennedy.

### **“Portuguese caucus / friends of Portugal”**

Na Casa dos representantes existe a tradição de organizar formalmente os grupos de congressistas que partilham algum interesse comum. Não se trata de coligações institucionais mas sim de uma espécie de “clubes” (muitas vezes compostos por políticos de diferentes partidos) de congressistas unidos por um qualquer interesse comum e iniciam ou apoiam de forma concertada actividades legislativas relacionadas com esse interesse. Neste sistema, os interesses individuais de cada político são muito mais transparentes. Existe, por exemplo, o “Asian Caucus”, o “Turist Caucus”, o “Hispanic Caucus”, etc.

O congressista luso-americano Richard Pombo foi o grande promotor e fundador do “Portuguese Caucus” que, como é refe-

rido na sua página da Internet, é composto por congressistas “...who advocate positive portuguese-american relations”. Esta organização serve não só para defender os interesses dos luso-americanos como para promover um melhor relacionamento diplomático entre os EUA e Portugal. Este “caucus” é composto por 38 membros da Casa dos representantes. Os seus dirigentes são Richard Pombo e Patrick Kennedy. Destes 38, apenas um (Thomas Petri, do Wyoming) não foi eleito por zonas dos cinco Estados que já vimos serem os que têm maior representatividade luso-americana – Califórnia, Massachusetts, Connecticut, Rhode Island, Hawai e New Jersey. Encontramos neste grupo os congressistas eleitos pelos distritos eleitorais com mais luso-americanos: Barney Frank, Barbara Kennelly, Robert Menendez, William Delahunt e Patrick Kennedy.

Como uma das principais preocupações deste “caucus” é a promoção de uma melhor relação diplomática entre os EUA e o nosso país, e a maioria dos seus membros está unida pelo facto de representar eleitoralmente muitos luso-americanos, mais uma vez ficam demonstradas as vantagens para a diplomacia portuguesa resultantes da existência da comunidade luso-americana.

O grupo “Friends of Portugal” do Senado é semelhante. É composto por onze senadores (dos 100 existentes) – os dois senadores dos Estados de Massachusetts, Rhode Island, Califórnia e New Jersey e um senador por cada um dos Estados de Connecticut, Hawai e Colorado.

## **Conclusões**

Com estes dados demonstra-se que a comunidade luso-americana tem poder político. Esse poder é local mas, devido à representatividade regional existente no governo federal americano, consegue chegar aos debates nacionais.

Devido à forte concentração espacial dos luso-americanos, é legítimo argumentar-se que seria já de esperar a eleição de um novo congressista luso-americano. No entanto, esta acaba por ser apenas uma questão de prestígio e não de utilidade prática real: à partida, como se demonstra neste capítulo, um político que esteja dependente dos luso-americanos para a sua reeleição acabará por defender tão eficazmente os luso-americanos como o faria um luso-americano que estivesse dependente da sua comunidade para ser eleito ou reeleito. Num distrito eleitoral como aquele que inclui as cidades de Fall River e New Bedford, tanto os políticos dessa zona como a comunidade luso-americana sabem instintivamente que, enquanto forem defendidos os seus interesses, não se justificará a eleição de um luso-americano (embora seja inegável que esta eleição conferiria algum prestígio à comunidade).

Neste capítulo provou-se que, através do “poder do voto”, são defendidos alguns dos interesses da comunidade e, consequentemente, o nosso país colhe benefícios, não só porque vê os seus emigrantes melhorarem as suas condições de vida mas também porque as relações diplomáticas com os EUA progredem e alguns dos nossos interesses nacionais são apoiados.

Por ser virtualmente impossível, não foi no entanto analisado se os interesses luso-americanos poderiam ser defendidos mais intensamente do que já o são. Apenas pode ser apontado um factor que parece indicar que a situação poderia melhorar – constatámos nos capítulos anteriores que existe uma baixa taxa de naturalização dos imigrantes portugueses. Assim, o poder do voto não é tão grande quanto poderia ser se mais imigrantes se naturalizassem. Com maiores índices de votação os luso-americanos poderiam, à partida, conseguir maiores apoios no Congresso.

Actualmente, o ritmo das naturalizações está a crescer (como vimos na secção sobre esta matéria), o que poderá aumentar a participação política da comunidade. Por outro lado, organi-

zações como a PALCUS – “Portuguese-American Leadership Council of the United States” – parecem indicar que o interesse dos luso-americanos por questões políticas está a aumentar. Isso revela, ao mesmo tempo, que estes começam a habituar-se aos mecanismos do *sui generis* governo americano.

O facto de se ter demonstrado que certas características da comunidade luso-americana, combinadas com outras características do sistema político americano, beneficiam não só a própria comunidade como também o nosso país parece indicar que, mais do que qualquer outra, a comunidade lusa nos Estados Unidos da América deve ser alvo de uma crescente atenção por parte das autoridades portuguesas – e de uma Política de Comunidades autónoma e reforçada.

## Bibliografia

- BARRETO, António (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 1996.
- Congressional Quarterly's Politics in America, 1990, The 101st Congress*, Congressional Quarterly Press, Washington D.C., 1990.
- Elementos sobre o Apoio Cultural e Associativo às Comunidades Portuguesas no Estrangeiro*, Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, 1998.
- FERNANDES, Ferreira, *Os Primos da América*, Relógio D'Água, Lisboa, 1991.
- KOZAK, David C., Macartney, John D., *Congress and Public Policy*, Waveland Press, Prospect Heights, 1987.
- KRIEGER, Joel (ed.), *The Oxford Companion to Politics of the World*, Oxford University Press, New York, 1993.
- SMITH, James A., *The Idea Brokers – Think Tanks and the Rise of the New Policy Elite*, The Free Press, New York, 1991.
- SAN PAYO, Urbino, *Os Portugueses na Califórnia*, Fundo Documental e Iconográfico da Emigração e das Comunidades Portuguesas, Secretaria de Estado da Emigração, 1985.
- SANTOS, Fernando, *Os Portugueses no Hawaii*, Luso Americano Newspaper, Newark, 1996.
- The United States Government Manual, 1993/94*, Office of the Federal Register, National Archives and Records Administration, Bernan Press, Maryland, 1993.



Foram consultadas as seguintes páginas da Internet (grande parte da informação encontra-se em “links” acessíveis a partir destas bases de dados):

**Portugal**

- [www.min-nestrangeiros.pt](http://www.min-nestrangeiros.pt)
- [www.secomunidades.pt](http://www.secomunidades.pt)
- [www.camo.es.pt](http://www.camo.es.pt)
- [www.infocid.pt](http://www.infocid.pt)
- [www.ine.pt](http://www.ine.pt)
- [www.webx.ca/consulado.new.bedford.eua/eng/main1e.htm](http://www.webx.ca/consulado.new.bedford.eua/eng/main1e.htm)

**Itália**

- [www.italcultny.org](http://www.italcultny.org)
- [www.sfiic.org](http://www.sfiic.org)
- [www.italcultusa.org](http://www.italcultusa.org)
- [www.esteri.it](http://www.esteri.it)

**Espanha**

- [www.cervantes.es](http://www.cervantes.es)

**França**

- [www.france.diplomatie.fr](http://www.france.diplomatie.fr)

**EUA**

*a) Estatísticas*

- [www.census.gov](http://www.census.gov)
- [www.census.gov/cgi-bin/gazetteer](http://www.census.gov/cgi-bin/gazetteer)
- [www.ins.doj.gov](http://www.ins.doj.gov)

*b) Governo/política*

- [www.house.gov](http://www.house.gov)
- [www.senate.gov](http://www.senate.gov)
- [www.loc.gov](http://www.loc.gov)
- [www.ins.doj.gov](http://www.ins.doj.gov)
- [www.thomas.loc.gov](http://www.thomas.loc.gov)

